

221

janeiro 2015

Carta Mensal
INTAL

Publicação Eletrônica Mensal



Banco Interamericano de Desenvolvimento



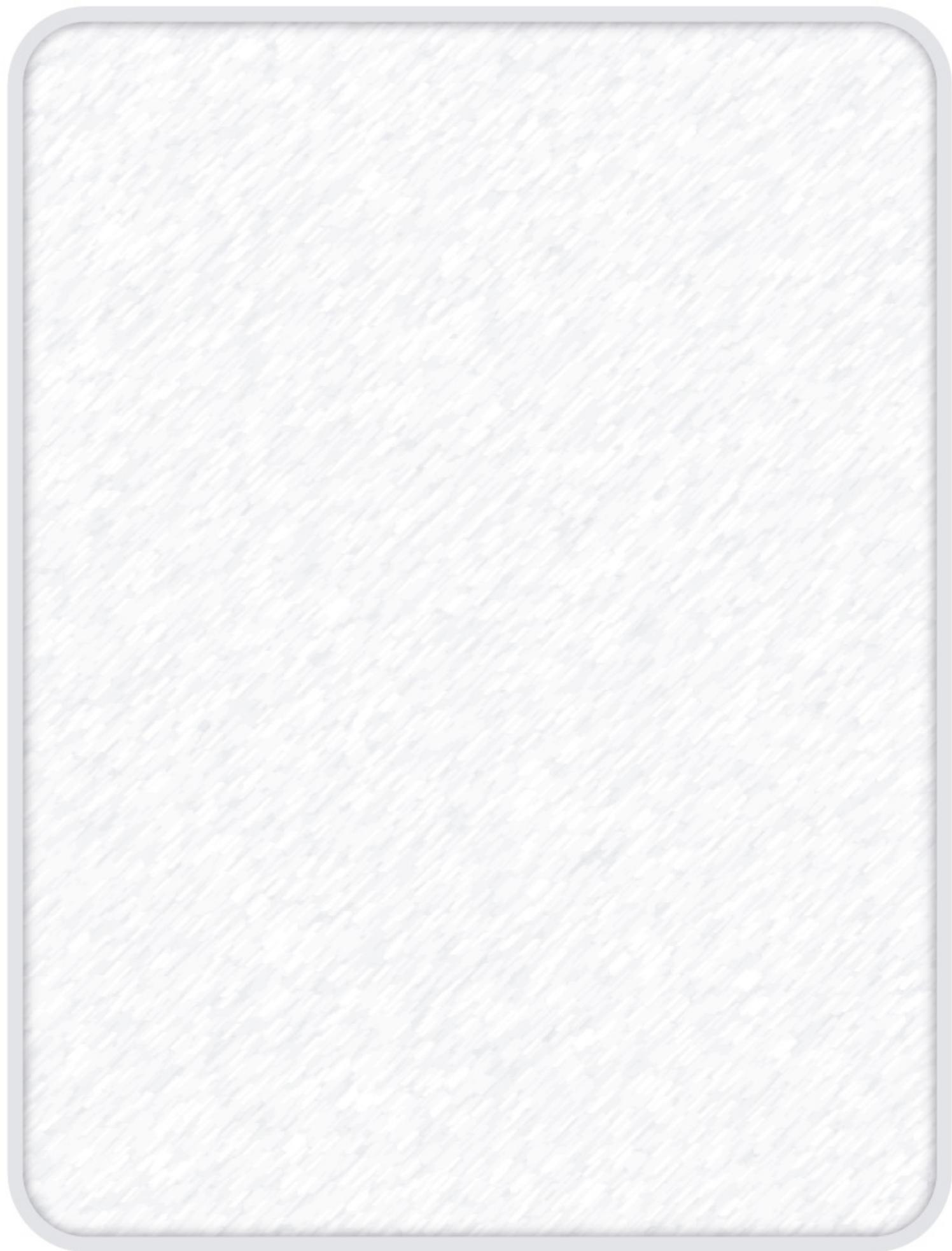


Tabela de conteúdos

Coluna de Análise

Desigualdade na América Latina muda de rumo?	7
De que ponto parte a aproximação entre a Índia e a América Latina?	18

Blocos de Integração

América Central

Política Regional de Saúde na América Central	29
América Central buscar aproveitar melhor TLC com Chile	31
Começa construção do canal transoceânico na Nicarágua	34
Costa Rica e China assinam acordo para criar Zona Econômica Especial	35

Comunidade Andina

Salvaguarda cambial entre países andinos	37
--	----

Mercosul

Comércio do Mercosul caiu 8% em 2014	38
OMC: relatório do órgão de apelação sobre restrições argentinas às importações	43

UNASUL

Plano de Trabalho 2015 do Cosiplan	45
Protocolos complementares ao Tratado de Maipú Argentina-Chile	53

Panorama Regional e Global

Primeira Reunião Ministerial do Fórum Celac-China	57
UE publica rascunho do TTIP	59

Avaliação de impacto

Avaliação de impacto de políticas de apoio a clusters no Brasil e Argentina	63
---	----

Outras Atividades do BID

Crescimento da América Latina e do Caribe deve ter ligeiro aumento em 2015	67
--	----

Centro de Documentação INTAL

Resenhas Bibliográficas

DUSSEL PETERS, Enrique (Coord). La inversión extranjera directa de China en América Latina: 10 estudios de caso. México: Unión de Universidades de América Latina y el Caribe, 2014 [352 p.]	71
--	----

Alerta Bibliográfico	74
-----------------------------	-----------

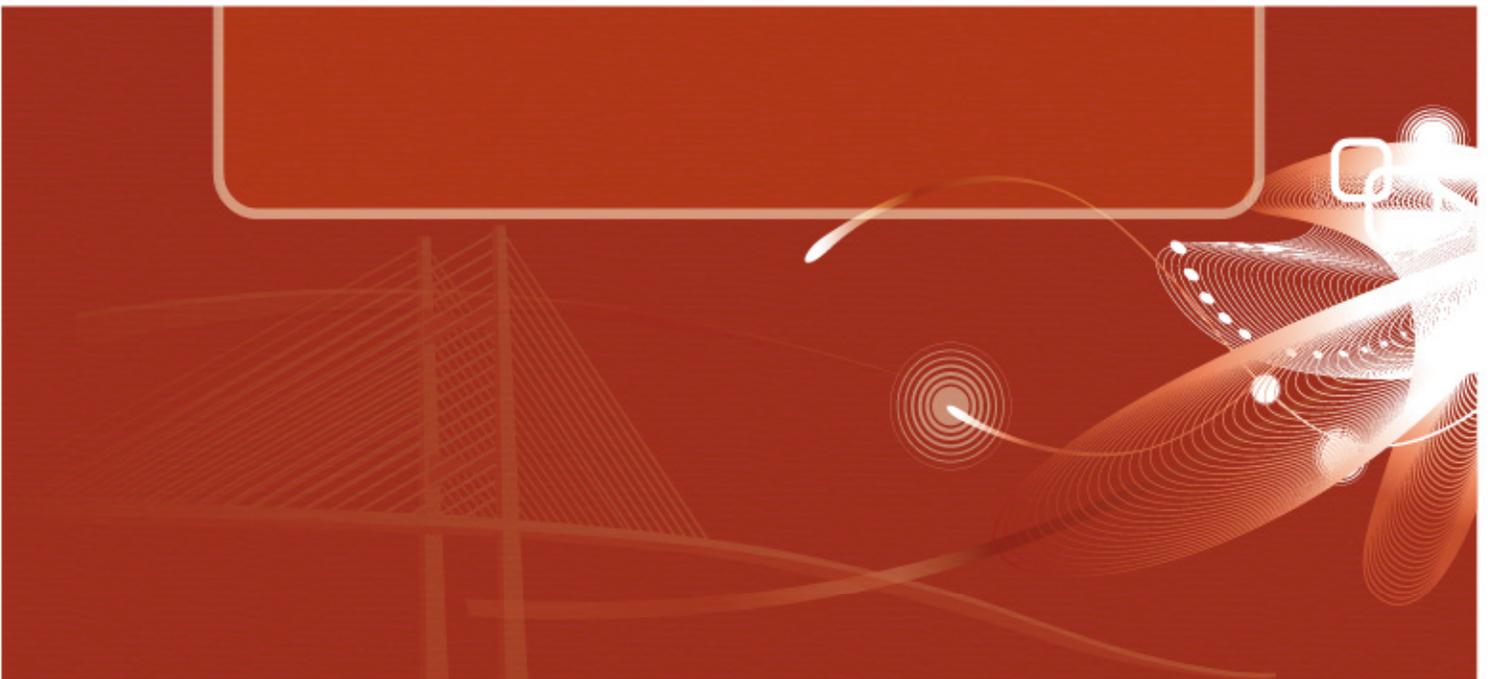
Bibliografias em destaque do mês

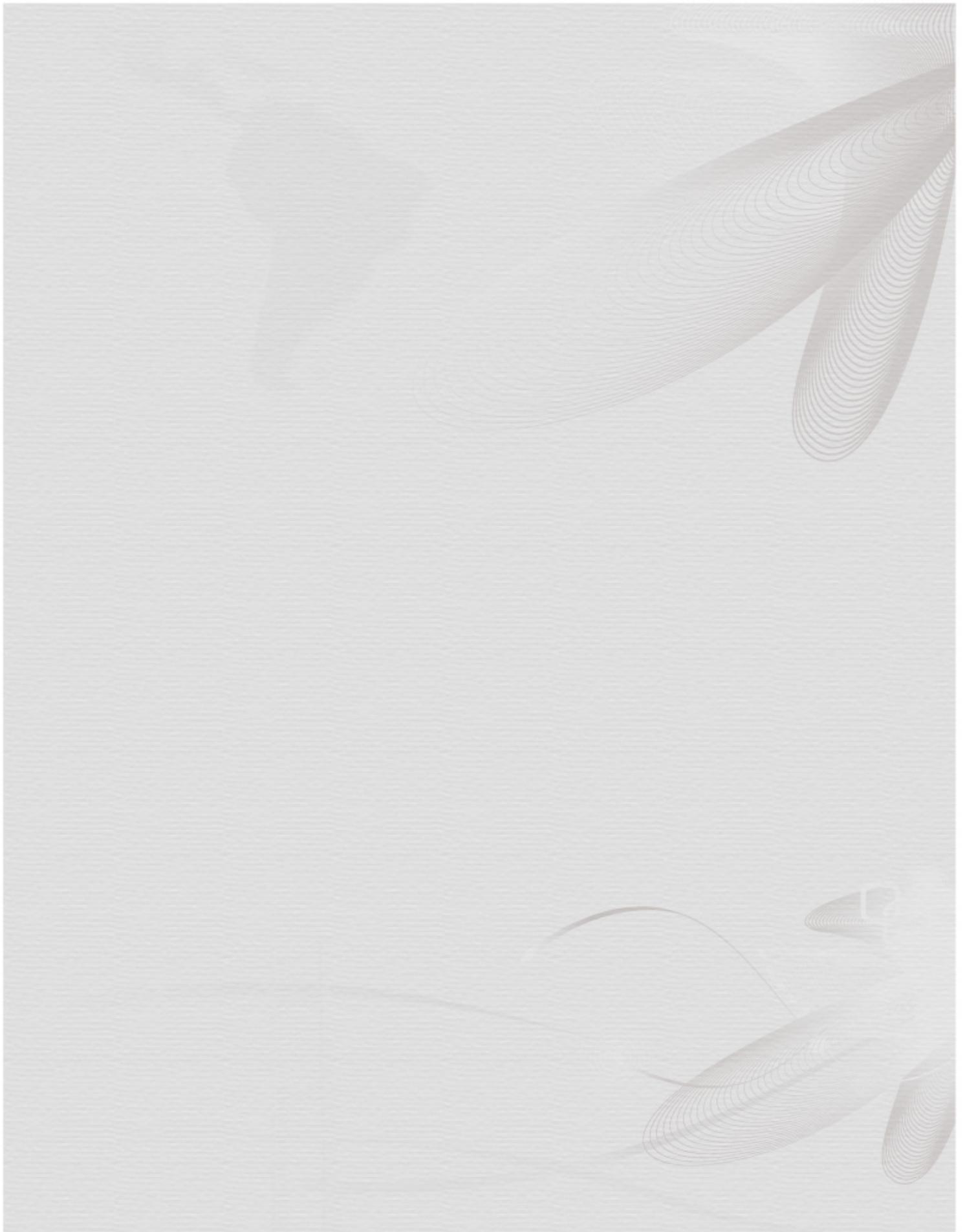
* Beliz, G., dir. y Ramos Martínez, A., coord. (2014). Informe MERCOSUR número 19 : Segundo semestre 2013 - Primer semestre 2014 = Informe MERCOSUL No 19 : Segundo Semestre 2013 - Primeiro Semestre 2014. Buenos Aires: INTAL.	75
* Primer Foro de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) y China : Explorando espacios de cooperación en comercio e inversión = First Forum of China and the Community of Latin American and Caribbean States (CELAC) : Exploring opportunities for cooperation on trade and investment. (2015). Santiago de Chile: CEPAL.	78
* Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2014 = Preliminary overview of the economies of Latin America and the Caribbean. (2014). Santiago de Chile: CEPAL.	80
* Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana, IIRSA. (2014). API : Agenda de Proyectos Prioritarios de Integración : Informe de avance 2014. Montevideo: IIRSA.	82
* Cartera de Proyectos del COSIPLAN 2014. (2014). Buenos Aires: IIRSA.	84
* Cord, L.; Barriga Cabanillas, O.; Lucchetti, L.; Rodríguez-Castelán, C.; Sousa, L. y Valderrama, D. (2014). Inequality stagnation in Latin America in the aftermath of the global financial crisis. Washington: World Bank.	85

Redação	
Redação	89



Coluna de Análise





Desigualdade na América Latina muda de rumo?

A paulatina redução do coeficiente de Gini que a maioria dos países da América Latina e do Caribe (ALC) está mostrando há uma década provocou um otimismo generalizado.[1] Organismos internacionais, governos de tendências diversas e acadêmicos se perguntam se talvez, depois de décadas de aumento da desigualdade, não se estaria produzindo uma mudança de rumo na região mais desigual do planeta. As interrogações suscitadas são diversas; entre elas estão: as causas dessa redução, sua sustentabilidade e aprofundamento no tempo, o significado da queda do Gini em termos de igualdade e o que está acontecendo com a desigualdade em outras dimensões. Esses foram alguns dos temas de grande atualidade política e acadêmica tratados no seminário “[A iniquidade na América Latina no longo prazo](#)”, organizado por Luis Bértola (Universidad de la República, Uruguai) e Jeffrey Williamson (Harvard e Universidad de Wisconsin) junto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (BM) e a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal) no auditório do Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe (BID-Intal) em Buenos Aires, de 3 a 5 de dezembro de 2014. Este artigo se concentra principalmente em uma pergunta que hoje está motivando pesquisas em toda a região: a explicação para as causas dessa queda. Sua elucidação é fundamental como insumo para as políticas. Poder saber o que está impactando a desigualdade, quais são seus limites e quais outras ações deveriam ser realizadas, é necessário para prosseguir no caminho da redução das iniquidades.

Este texto começa apresentando um quadro da situação da região e busca responder o significado da redução do coeficiente de Gini em termos de igualdade. Além disso, é revisada a desigualdade em outras dimensões. Depois se concentra nas principais hipóteses sobre a queda da desigualdade de renda e, finalmente, são apresentados os desafios pendentes para as políticas e para a pesquisa.

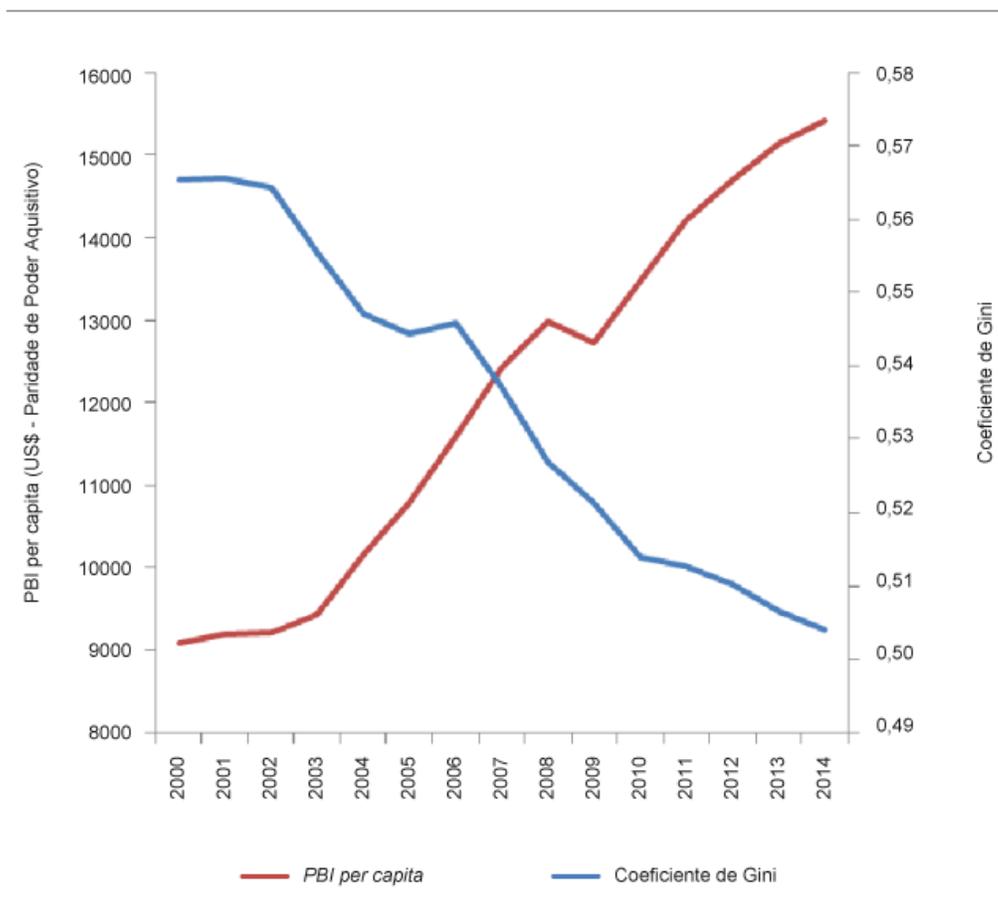
Diminuindo o coeficiente de Gini se reduz a desigualdade?

Apesar de a maioria dos leitores estarem, sem dúvida, familiarizados com seu significado, vale a pena lembrar que o coeficiente de Gini é o indicador mais utilizado tanto para mostrar a trajetória de um país no tempo como para estabelecer *rankings* de iniquidade entre nações. Ele mede com valores de 0 a 1 a dispersão empírica das rendas entre lares ou pessoas em relação com o que seria uma linha de igualdade perfeita. Pode ser definido como a diferença absoluta média de níveis de renda entre dois indivíduos tomados ao acaso na população, relacionando-os com a média do conjunto dessa população. Assim, em uma sociedade em que a renda média é US\$ 40.000, um coeficiente de Gini de 0,4 significa que a distância entre o nível de recursos de dois indivíduos tomados ao acaso seria em média de US\$ 16.000 (BOURGUIGNON, 2012, p. 12). Portanto, em uma hipotética sociedade totalmente igualitária, o valor deveria ser igual a zero. As sociedades mais equitativas, como algumas da Europa ocidental, apresentam índices em torno de 0,3, apesar de ter ocorrido um aumento das desigualdades em várias delas. A América Latina, segundo a apresentação de [Salazar](#), apresentava em 2013 uma média de 0,507.

No entanto, a região está vivendo uma situação especial desde 2003. Em primeiro lugar, enquanto a desigualdade aumenta nos países desenvolvidos, na América Latina diminui. Em segundo lugar, ao contrário das teorias que pressupõem que em etapas de crescimento aumenta a desigualdade, a região viveu, ao mesmo tempo, um expressivo crescimento econômico e uma redução da desigualdade (Gráfico 1). Enfim, depois da crise internacional de 2008, a maioria dos países da região, ao contrário do que aconteceu em décadas anteriores, tiveram um comportamento contracíclico do gasto social, o qual permitiu atravessar a situação sem aumento da pobreza e da desigualdade.

Gráfico 1. Evolução do crescimento e da desigualdade na América Latina

Período 2000-2014

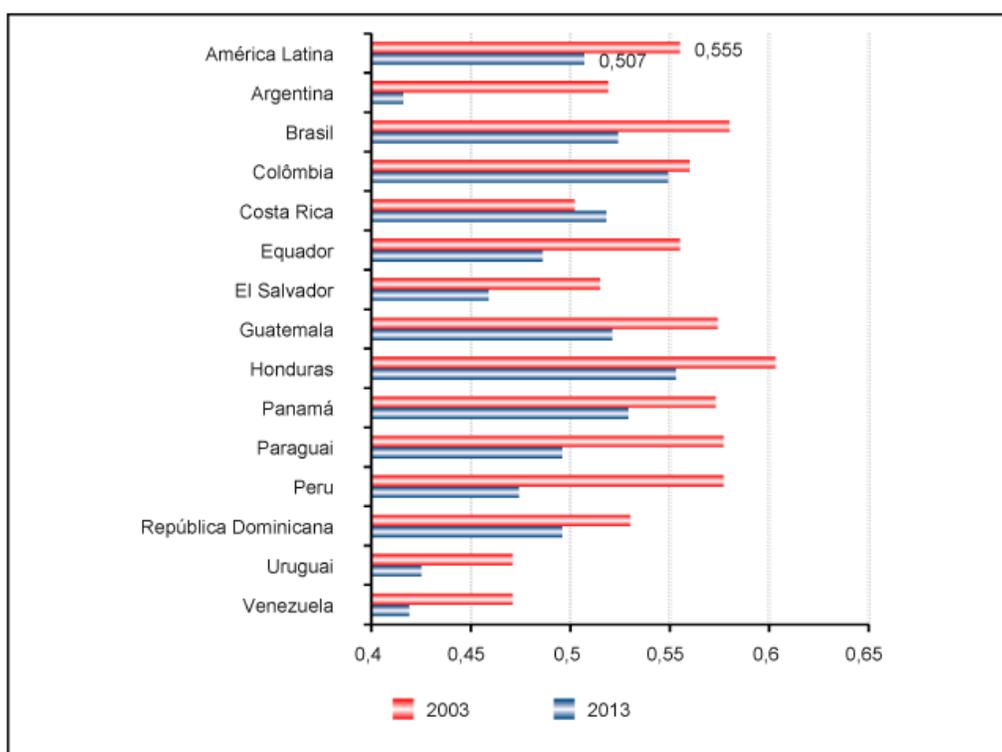


Fonte: Apresentação de Salazar.

Nesse contexto, a indigência, a pobreza e a desigualdade de renda diminuíram. Como mostra a apresentação citada, o Gini de 18 países cai de 0,555 em 2003 para o já apontado 0,507 em 2013 (Gráfico 2). Na mesma direção, celebrou-se o crescimento de “classes médias emergentes” em diversos países tanto como a “democratização do consumo” graças ao renovado acesso de setores populares a diversos bens, tais como celulares, computadores ou carros.

Gráfico 2. Coeficiente de Gini na América Latina

Anos 2003 e 2013



Fonte: Apresentação de Salazar

Apesar disso, o otimismo deve ser limitado: os países da região permanecem entre os mais desiguais do planeta: o Brasil tem na sua população a parte dos 2% mais ricos e dos 2% mais pobres do mundo; e, com a exceção da Argentina, Uruguai e Venezuela, *Salazar* mostra que em 2013 todos os restantes superam 0,45. Esta cifra é significativa, segundo o autor, porque só um país da Ásia (Malásia) e nenhum da Europa atinge esse número. Por sua vez, a apresentação de [Gasparini e Alvaredo](#) acrescenta dados novos sobre a desigualdade na região e nos países em desenvolvimento em geral. Os autores mostram uma estabilidade ao longo do tempo do



ordenamento da iniquidade entre os países. Ao medir o consumo domiciliar *per capita*, e incorporar à comparação a África Subsaariana (em geral ausente por falta de dados), verifica-se que esta, junto com a América Latina, está no topo da iniquidade: enquanto a ALC tem um Gini médio um pouco inferior, exibe uma mediana desse indicador um pouco superior. Isso se deve a haver, em comparação com a África, menos disparidade entre o Gini das diferentes nações, já que nenhum dos países latino-americanos deixa de ter um grau de desigualdade muito ou bastante elevado. *Gasparini e Alvaredo* também revelam a estabilidade da parte da renda apropriada pelos setores médios (decis 7 a 9) que apresenta poucas variações, tanto ao longo do tempo como entre os diferentes países da ALC. A “ação”, como é chamada pelos autores, ou seja, as oscilações que explicam as modificações do Gini, ocorre conseqüentemente tanto no topo quanto na base da distribuição.

Agora, se há acordo quanto a se ter produzido uma queda do Gini, há menos consenso sobre seu significado. Um primeiro grupo de críticas metodológicas aponta para as limitações de medir a desigualdade com base em dados de renda, como é habitual na região. A esse respeito, [De La Torre](#) em sua apresentação prova que, com medições alternativas, tais como mediante o consumo, incorporando dados para captar a renda dos mais ricos (cujos rendimentos historicamente estão subdeclarados) e configurando cestas de consumo diferentes para ricos e pobres, igualmente se verifica a tendência à redução da desigualdade na última década.

Um segundo grupo de críticas enfoca o que autoriza a asseverar a queda do Gini. *Pérez Sáinz (2013)*, por exemplo, assinala que apenas sua redução não autoriza a postular uma melhora da igualdade, porque se concentra na distribuição secundária, uma vez que já se produziu a divisão entre trabalho e capital. Para esse autor, um indicador que compara a situação de domicílios ou indivíduos não nos informa sobre a distribuição entre classes, grupos étnicos ou gêneros. Em segundo lugar, ele acrescenta que a divisão em decis contribui para a invisibilidade das elites dentro do decil superior. Enfim, uma melhora da distribuição entre setores médios e altos (excluindo os baixos) pode reduzir o coeficiente de Gini, como aconteceu no México, já que diminui a dispersão de renda, mas sem que isso derive em uma sociedade mais justa. A apresentação de [Birdsall e Meyer](#), por sua vez, contribui com um elemento adicional. Coloca a ênfase na persistência de uma faixa importante de “lutadores” (semelhante à ideia de população vulnerável) dentro da já apontada classe média emergente. Esse grupo, apesar de estar fora da pobreza, continua se localizando muito perto dela e, conseqüentemente, é suscetível de cair perante conjunturas desfavoráveis.

Outras vozes sublinham principalmente a necessidade de complementá-lo com o estudo da distribuição primária ou funcional, entre capital e trabalho. A respeito, um trabalho recente de Amarante, Abeles e Vega (2014) encontra que a queda do Gini não foi acompanhada por um aumento da participação dos rendimentos do trabalho no Produto Interno Bruto (PIB) dos países da região, o que reduz qualquer apreciação otimista geral sobre a queda da desigualdade de renda.



O que é possível afirmar então? É possível sustentar que a queda do coeficiente de Gini é um indicador necessário para assinalar a redução da desigualdade de renda, mas de modo algum suficiente. Por um lado, é necessário incluir outros indicadores de renda; por outro, a partir de um crescente olhar plural sobre a desigualdade, é preciso se perguntar o que está acontecendo em outras dimensões. A esse respeito, vários trabalhos apresentados no seminário adotam uma visão multidimensional e assinalam as nuances do presente. A apresentação de *Salazar* mostra que, nos países da região abrangidos, diminuíram as brechas de assistência escolar entre os diversos setores sociais, mas persistem os problemas de qualidade. Também se destaca a queda da mortalidade infantil, especialmente nos grupos mais tradicionalmente afetados. Estas melhoras são decorrentes, segundo o autor, do aumento do gasto social, da expansão de programas com boa focalização, das transferências monetárias e da construção de infraestrutura de saúde e educação em zonas relegadas (Quadro 1). Quanto à saúde, o aumento da cobertura de água potável, saneamento, programas de saúde materno-infantil e formas de segurança básica tiveram uma incidência favorável.

Amarante indica um aumento da segregação educacional e uma constância ou leve redução da segregação residencial na região. Por sua vez, a estrutura tributária dos países da região mostra pouca capacidade para corrigir as desigualdades produzidas no mercado. Em resumo, não parece adequada nem a celebração antecipada da mudança de rumo nem o desconhecimento das melhoras, mas sim a necessidade de compreender, sustentar e aprofundar determinadas tendências positivas, cujos pontos se tentará elucidar no seguinte quadro.

Quadro 1. Cobertura de programas de transferências de renda condicionadas e pensões não contributivas na América Latina

Ano 2011

	Transferências de Renda Condicionadas	Pensões não contributivas
PAÍS	PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO	PORCENTAGEM DE ADULTOS IDOSOS
Argentina	29,1	1,4
Bolívia	46,6	100
Brasil	28,1	37
Chile	6,4	53,5
Colômbia	23,8	15,6
Costa Rica	15	30,6
Equador	38,3	58,2
El Salvador	7,5	3,4
México	23,2	44,9
Panamá	10	56,5
Paraguai	7,5	7,4
Peru	8,6	1,5
Uruguai	26,4	9,8
América Latina	25	33,4

Fonte: Apresentação de Salazar.

Por que o coeficiente de Gini está diminuindo?

Há consenso sobre que a redução do Gini não se deve a mudanças profundas, tais como mutações da estrutura produtiva, reestruturação da tributação ou a uma modificação categórica da concentração de riquezas no topo. Em outras palavras, não se está vendo uma transformação estrutural cuja continuidade esteja mais afiançada. Os trabalhos atuais na região e vários apresentados no seminário podem ser divididos entre os orientados a indagar o peso de fatores de longo, médio e curto prazos, e outros focados em especificar as variáveis mais recentes nas quais recai o maior peso explicativo.



Dentro do primeiro grupo, em sua apresentação no seminário, [Székely](#) questiona o **peso de fatores de longo prazo**, em particular a redução da taxa de dependência dos domicílios pobres, e encontra que, apesar de ter influência, tem uma importância limitada na redução do Gini. A respeito de mudanças de médio prazo, assinala o aumento da participação feminina no mercado de trabalho e o aumento dos anos de educação nos setores mais baixos, produzidos antes da reversão atual da desigualdade. No entanto, acontece que o maior peso explicativo reside em variáveis de curto prazo, dando um peso central a mudanças nos termos de intercâmbio que favorecem as economias da região. Essa conclusão fará que se seja prudente sobre a sustentabilidade do processo, dado que tal variável depende de fatores externos. Em sua apresentação, [Andersson e Palacio](#) incorporam uma dimensão ainda pouco presente no debate regional: segundo seu estudo, a melhora da produtividade agrícola desde 1995 teria impactado de maneira decisiva a redução do coeficiente de Gini em vários países, visto que se tratava de um setor tradicionalmente atrasado em sua produtividade e sua renda.

Agora, como se disse, o peso explicativo está colocado principalmente nas **variáveis de curto prazo**. Os três fatores que explicam a redução são as transferências de renda, as pensões não contributivas e o rendimento do trabalho. Há posturas diferentes sobre o papel das políticas trabalhistas, sobre o que se falará depois. Como apresentou [Salazar](#) no seminário, os programas de transferências de renda estão presentes praticamente em todos os países abarcando, segundo dados de 2011, quase 25% da população e 0,37 do PIB da região com cerca de 131 milhões de beneficiários. Os programas de pensões não contributivas dirigidos a adultos idosos sem aposentadoria têm um impacto crescente, muito variável segundo o país, alcançando 33% da população de referência e comprometendo 0,56 do PIB regional em 2011.

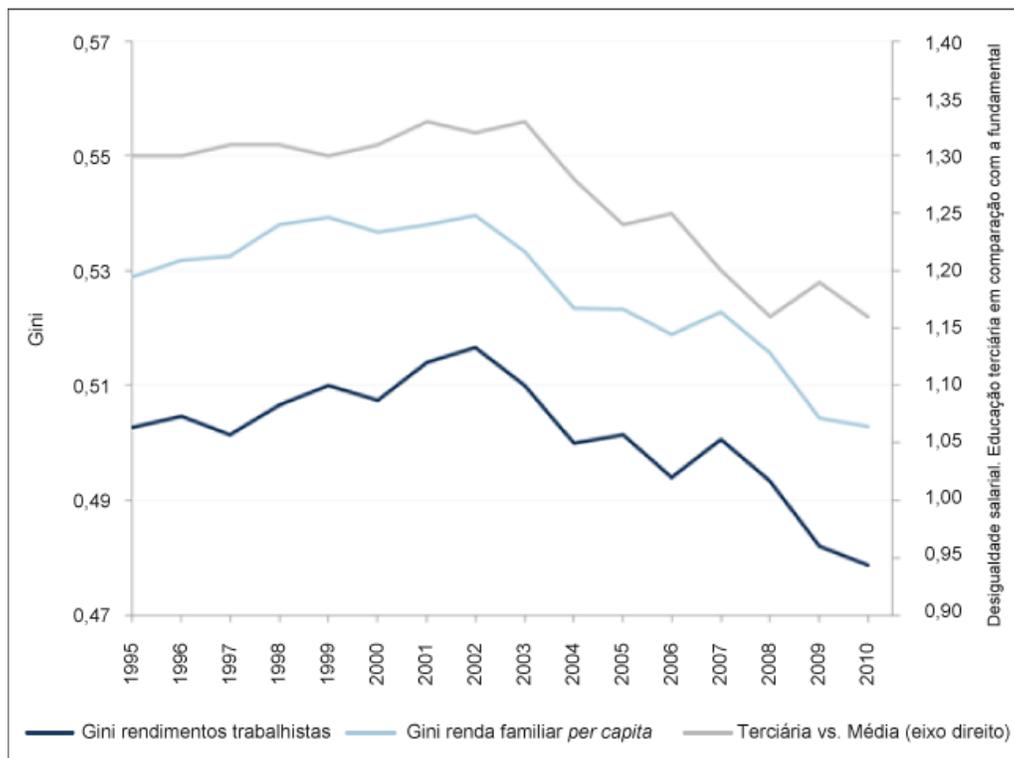
Qual é o impacto de cada um desses fatores? Segundo um estudo de Levy e Schady (2013), as transferências condicionadas explicariam cerca de 25% da queda da desigualdade, as pensões não contributivas 5% e as rendas trabalhistas 50% das mudanças na desigualdade. Restam 20% ainda a indagar e que residiriam sobre outros fatores e variáveis segundo os países, como poderia ser o peso das remessas no México e na América Central. Assim, de um lado se observa que a política social teve efeito na queda da pobreza, mas em menor grau na queda da desigualdade, e conseqüentemente, é preciso compreender o que aconteceu com as rendas trabalhistas.

Principalmente porque, segundo se depreende da apresentação de [De La Torre](#), nos países onde a desigualdade mais caiu, mais importante foi o peso do componente trabalhista.

Por que caíram as desigualdades no rendimento do trabalho? A pedra fundamental das pesquisas atuais são os retornos pela educação, os chamados em inglês *skill premiums*. Ocorreu, na última década principalmente, uma redução da brecha entre os rendimentos dos que têm educação terciária em comparação com os que possuem só o nível fundamental (Gráfico 3). São três as hipóteses que os economistas estão tentando provar para explicar este fato. Não se descarta uma combinação entre elas, por não serem mutuamente excludentes ou contraditórias entre si, e é possível que em países diferentes as causas e os pesos específicos de cada uma sejam diferentes. As três hipóteses são: o aumento da oferta de mão de obra com qualificações terciárias; a redução dos retornos dos mais educados por desvalorização dos seus diplomas, por obsolescência das suas qualificações e/ou pela pior qualidade da sua formação em universidades de baixo nível; e, finalmente, a mudança de matriz produtiva que aumentaria a demanda por trabalhadores menos qualificados.

Gráfico 3. Coeficiente de Gini e brecha de rendimento entre educação terciária e fundamental

Média América Latina, 1995-2010



Fonte: Apresentação de De La Torre.

A apresentação de *De La Torre* no seminário analisa cada uma destas hipóteses a partir de pesquisas em andamento. Sobre a primeira, aponta que o aumento da população com educação terciária remonta aos anos 80, sem que em décadas passadas isso tenha provocado uma redução dos retornos, razão pela qual ela é deixada de lado. A respeito da terceira, que tem vários adeptos entre os estudiosos, mostra com exemplos de diversos países que o setor que mais mão de obra exige é o de serviços, que costuma contratar os com melhor formação. Portanto, também a ideia de um aumento da demanda dos menos qualificados, apesar de não ser descartada (dado que podem estar ocorrendo desajustes entre demanda e oferta de trabalho com relação às qualificações), é deixada em suspenso. A segunda hipótese, lançada há pouco tempo por *Lustig*, é a que concentra a maior parte dos olhares. Mas também tem suas variações. A ideia de uma entrada dos mais pobres com pior formação e, conseqüentemente, cujos diplomas têm menos retornos no mercado de



trabalho, está sendo colocada à prova em vários estudos atuais. Também a hipótese de que os programas aos quais eles têm acesso em universidades novas e de baixa qualidade (que em certos países se conhecem como “universidades garagens”) contribuem para esse achatamento dos rendimentos precisa ainda ser validada com mais pesquisas. Uma vertente desta hipótese foi apresentada para o caso do México por [Campos Vázquez, López-Calva e Lustig](#). Os autores comprovam que cada vez mais cedo os contingentes de trabalhadores começam um processo de achatamento dos rendimentos do trabalho, que poderia ser devido a um acelerado processo de obsolescência das suas competências. Mas, tal como sugerem os autores, ainda é preciso fazer mais pesquisas para validar esta hipótese para o conjunto da região. Em resumo, a queda dos retornos pela educação concentra todas as olhares, mas ainda falta precisar bem a forma como está gravitando em cada país e nos diferentes setores produtivos.

Até aqui foram apresentados alguns dos achados e hipóteses atualmente em discussão na região. Cabe acrescentar dois pontos importantes. Primeiro, como assinalava *De La Torre* em sua apresentação, não é de se descartar que atrás da redução dos retornos trabalhistas entre mais e menos qualificados outros processos estejam sendo ocultados, como a redução das desigualdades entre gêneros, entre grupos étnicos, entre o mercado de trabalho rural e urbano, e entre trabalhadores formais e informais. Ou seja, que esses processos estariam afetando os menos qualificados, mas não necessariamente - ou pelo menos não só - por um efeito relacionado com as suas qualificações. Isto leva a introduzir um ponto de controvérsia entre distintos trabalhos e economistas: o lugar da política. Como foi afirmado em várias apresentações do seminário: é impossível não vincular a melhora dos rendimentos do trabalho dos mais pobres com políticas trabalhistas, em particular os aumentos nos salários mínimos, as negociações coletivas, o recuperado peso dos atores sindicais e de movimentos sociais, entre outros.

Por isso, para explicar as razões da queda do Gini é necessária a articulação entre o olhar econômico e o que as outras ciências sociais, como a sociologia e a ciência política, podem fornecer, em pelo menos três assuntos. Em primeiro lugar, indagar especificamente o comportamento dos atores individuais e coletivos. A título de exemplo, pode-se supor uma segmentação nos retornos que o mercado de trabalho oferece segundo o tipo de diploma obtido, como foi mencionado, uma das hipóteses mais em moda; mas para validá-la é preciso saber, especificamente nos diversos países, se as empresas estão de fato realizando esta hierarquização, para o que é necessário fazer mais pesquisa social. Além disso, retomando também o que foi apontado por *De La Torre* sobre a redução de outras desigualdades entre grupos ou categorias que afetam os menos qualificados, é muito provável que não necessariamente isso esteja vinculado a mecanismos de mercado, mas sim ao resultado de ações coletivas e políticas trabalhistas, temas que as ciências sociais costumam estudar.

Em segundo lugar, fazendo eco de uma tradição de estudos históricos sobre a desigualdade na região que colocam a ênfase no lugar das elites na reprodução da desigualdade, diversas apresentações no seminário, como as de [Rodríguez Weber](#) e [Sánchez-Ancochea](#) – as duas sobre o Chile -, questionaram o seu peso na perduração da iniquidade. Assim, uma agenda de estudos sobre a desigualdade da região tem que colocar em seu centro a pergunta sobre as elites ou sobre as classes mais altas.

Em terceiro lugar, já indagando com um olhar multidimensional da desigualdade – conforme apontaram estudos como de Tilly (2000) e mais recentemente de Dubet (2014) para os países centrais, ou de Reygadas (2008) na ALC – há comportamentos nas escalas macro, meso e micro que contribuem para produzir ou perpetuar as desigualdades: a espoliação, a concentração das



oportunidades, a exclusão dos outros, a segregação social e a estigmatização de certos grupos e espaços, entre outros. Na região esses comportamentos são comuns, motivo pelo qual é preciso se perguntar por sua inter-relação com os fatores vinculados ao mercado de trabalho para ter uma verdadeira compreensão das engrenagens da desigualdade persistente.

Desafios e interrogações pendentes

No seminário houve concordância em que não se observa um processo consolidado de redução da desigualdade. Entre outras razões invocadas, porque a heterogeneidade estrutural e a baixa produtividade da região se mantêm, e os setores dinâmicos em termos de produtividade continuam concentrando pouco emprego. É verdade que há na região empresas com alta produtividade e que têm inserção no mercado mundial, mas que não se encadeiam com os demais setores das economias domésticas. Sem uma melhora da produtividade, torna-se mais difícil um crescimento sustentável e a redução da desigualdade. A isso se somam outros fatores que foram assinalados no seminário: como parte das melhoras se deve a variáveis externas, a região continua sendo vulnerável a tais mudanças, apesar de se advertir que essa vulnerabilidade é latente porque os países possuem consideráveis reservas. Mas, ao mesmo tempo, foi apontado como fator de vulnerabilidade o aumento de dívidas privadas, bem como o fato de que a região, em períodos de crescimento, aumenta muito suas importações e menos suas exportações. A isso se soma um contexto presente e futuro em que o crescimento será sem dúvida menor do que em anos anteriores. Assim, sustentar e ampliar o nível de gastos e de atividade para aprofundar nos fatores antes mencionados já é um desafio considerável. Alguns trabalhos se perguntam também pelos limites dos programas de transferências, por um lado, para incidir na desigualdade, e certos economistas expressam sua preocupação pelo risco de gerar distorções no mercado de trabalho. Um segundo desafio tem a ver com os serviços públicos. No fim das contas, foi destacado que, à medida que os domicílios da região melhoram sua situação, desertam dos diversos bens e serviços públicos: escolas, seguros de saúde, bairros e segurança privada, entre outros, continuam aumentando. Algumas apresentações do seminário, como as de *Salazar e Amarante* assinalaram a necessidade de melhorar a qualidade dos serviços para contribuir para a redução da desigualdade em diversos âmbitos e das brechas de produtividade. Mas F. Filgueira (2013) apontou com agudeza que, na medida em que os bens e serviços públicos continuem sendo considerados como reservados só para os pobres e para quem não pode ter acesso aos serviços oferecidos pelo mercado, haverá poucas coalizões com suficiente poder para advogar por uma melhora em sua qualidade. A região se enfrenta então com um importante empecilho para uma maior igualdade. Em terceiro lugar, embora estejam sendo realizadas reformas tributárias na região, sabe-se que reconstruir sistemas com um viés mais progressivo é politicamente muito complexo, porque se enfrentam poderosas coalizões que se opõem a essa mudança e nem sempre os Estados estão dispostos a enfrentar esses riscos. Estes são só alguns dos limites para que a desigualdade continue diminuindo.

Como encerramento, o que se pode concluir depois deste percurso sobre a desigualdade e seus contrastes? Na década transcorrida a partir de 2003 se conseguiu em muitos países combater algumas das formas de exclusão e pobreza mais extremas, mas não de modo estável, e ainda é cedo e apressado dizer que se mudou o rumo da desigualdade da região: sem dúvida, este é o maior desafio que ainda existe pela frente.

Bibliografía

AMARANTE, V.; ABELES, M.; VEGA, D. “Participación del ingreso laboral en el ingreso total en América Latina, 1990-2010”. *Revista de la CEPAL* 114. Santiago de Chile: Cepal, p. 31-52, 2014.

BOURGUIGNON, F. *La mondialisation de l'inégalité*. Paris: Seuil, 2012.

DUBET, F. *La Préférence pour l'inégalité: Comprendre la crise des solidarités*. Paris: Seuil, 2014.

FILGUEIRA, F. “Los regímenes de bienestar en el ocaso de la modernización conservadora: posibilidades y límites de la ciudadanía social en América Latina”. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, 22(2), p. 17-46, 2014.

LEVY, S.; SCHADY, N. “Latin America’s Social Policy Challenge: Education, Social Insurance, Redistribution”. *Journal of Economic Perspectives*, 27(2), p. 193–218, 2013.

PÉREZ SÁINZ, J. “¿Disminuyeron las desigualdades sociales en América Latina durante la primera década del siglo XXI? Evidencias e interpretaciones”. *Desarrollo Económico*, v. 53., n. 209-210, p. 55-73, 2013.

REYGADAS, L. *La apropiación. Destejiendo las redes de la desigualdad*. México: Anthropos-Universidad Autónoma Metropolitana, 2008.

TILLY, C. *La desigualdad persistente*. Buenos Aires: Manantial, 2000.

[1] Este texto foi realizado pelo consultor Gabriel Kessler.

De que ponto parte a aproximação entre a Índia e a América Latina?

No segundo semestre de 2014 se observaram diversas iniciativas de aproximação entre a Índia e a América Latina: foi realizado o [primeiro conclave de investimentos entre as duas economias](#), foram [anunciadas negociações para um tratado de livre comércio \(TLC\) com o Peru](#), [acordou-se a ampliação do acordo comercial com o Chile](#), e [se confirmou o início da negociação para um acordo de alcance parcial com a Guatemala](#).^[1] Nesse âmbito, esta matéria oferece um panorama do papel da Índia no comércio mundial, e em particular das relações comerciais desse país com a América Latina.

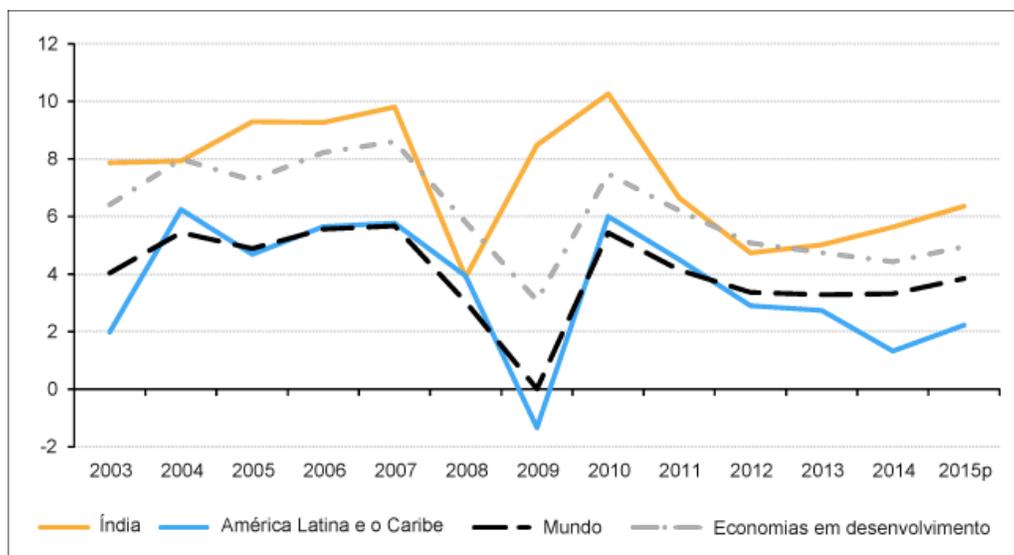
Por um lado, levando em conta que a Índia é atualmente a terceira economia mundial, com taxas de crescimento superiores à média global e ao grupo de países em desenvolvimento, o país asiático representa um grande mercado potencial para os países da América Latina. Por outro lado, a dotação factorial (a América Latina relativamente mais abundante em recursos naturais e a Índia em mão de obra) se assemelha ao vínculo com a China, e coloca o desafio da primarização e da maior concorrência com a indústria manufatureira da região.

O papel da Índia na economia e no comércio mundial

Em linha com o desempenho dos países asiáticos, a Índia tem mostrado um forte dinamismo na última década. Em 2014 sua economia representou 6,8% do PIB mundial, quase 2 pontos percentuais a mais do que há dez anos. Embora o ritmo de expansão tenha diminuído na pós-crise, o PIB continua crescendo a taxas maiores do que a economia mundial e mostrou certa aceleração em 2013 e 2014, que continuaria em 2015 (Gráfico 1).

Gráfico 1. PIB de economias selecionadas, 2003-2015p

Taxa de variação interanual, em porcentagem



Nota: p= projeção - Fonte: BID-Intal com base em dados do FMI.

Apesar do dinamismo comercial da Índia nos últimos dez anos – passou de um coeficiente de abertura de 21% em 2003 a 42% em 2013 e seu comércio total cresceu a um ritmo médio de 20% anual acumulado (a.a.) –, em 2013 representou apenas 2% do intercâmbio global. No caso dos serviços, a Índia tem uma participação levemente maior (3,3%).

Isso está relacionado com a abertura da Índia ter começado só no início da década de 1990, com um enfoque mais gradual do que se realizou na América Latina; e com a desregulação e a redução dos entraves ao comércio que foram implementadas com um enfoque de longo prazo.[2]

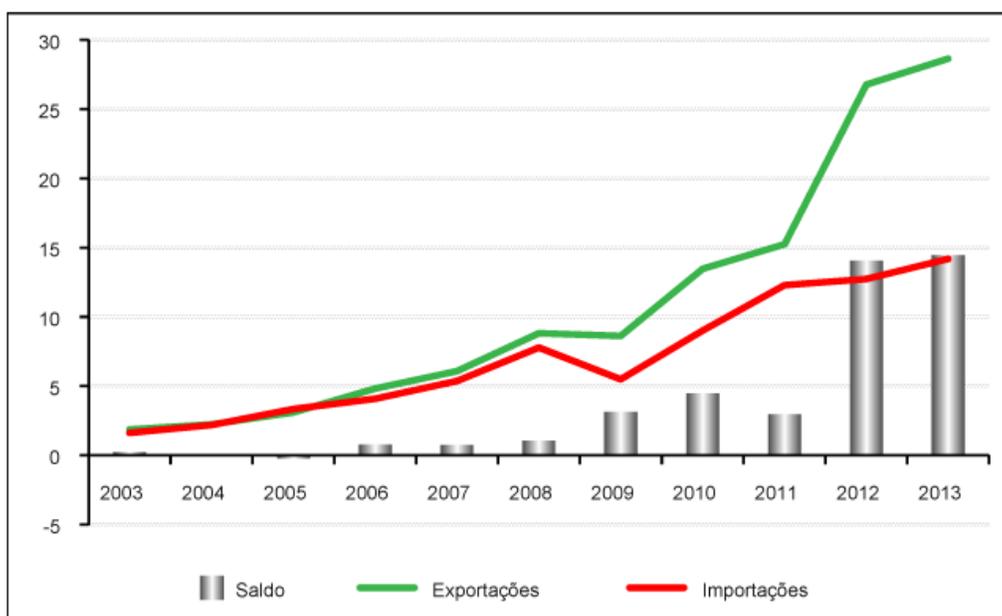
E na América Latina?

A participação da América Latina no comércio total da Índia também é relativamente baixa: em 2013 cerca de 4% de suas exportações estiveram destinadas a essa região, e 6% de suas compras totais foram de origem latino-americana. A Índia tem ainda menos relevância no intercâmbio desses países: representa 3% das vendas externas e 1,5% das importações latino-americanas. Não obstante, cabe destacar que o comércio da Índia com a América Latina tem mostrado um dinamismo maior do que o seu intercâmbio total: entre 2003 e 2008 se expandiu a uma taxa média de 28% a.a. A crise financeira internacional impactou levemente os fluxos comerciais, e as exportações latino-americanas para essa economia asiática recuperaram o ritmo de expansão

anterior (Gráfico 2). As importações continuaram crescendo, embora a um ritmo mais lento, o que provocou um grande aumento do superávit da América Latina com esse país, que em 2013 atingiu US\$ 14 bilhões. O intercâmbio total entre a Índia e a América Latina em 2013 foi 12 vezes maior do que em 2003.

Gráfico 2. Comércio da América Latina* com a Índia, 2003-2013

US\$ bilhões

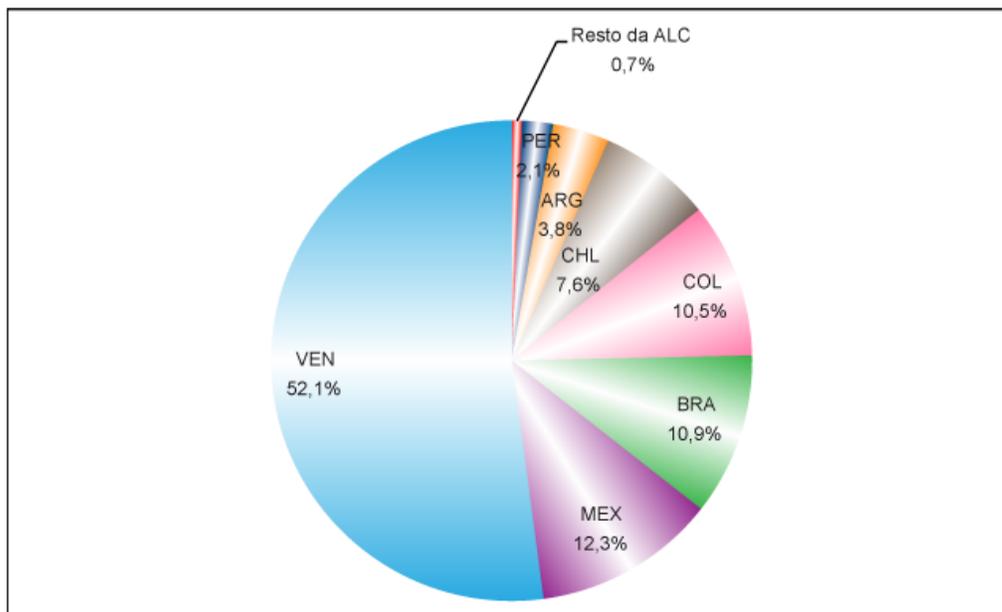


Fonte: BID-Intal com base em dados DataIntal. Nota: *Corresponde a 17 países da América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Dois terços do aumento das vendas externas latino-americanas para a Índia entre 2009 e 2013 se explicam pelos envios de petróleo da Venezuela, o principal sócio da Índia na região (representa 50% das exportações) (Gráfico 3). O México e a Colômbia (segundo e quarto exportadores da região para a Índia) também contribuíram para a expansão, enquanto o Brasil, segundo país de maior peso nas vendas externas para a Índia da América Latina, diminuiu suas exportações nos últimos cinco anos.

Gráfico 3. Participação dos países da América Latina* nas exportações para a Índia, 2013

Em %



Nota: *Corresponde a 17 países de América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Fonte: BID-Intal com base em dados DataIntal.

O comércio está concentrado em poucos países da região (Venezuela, México, Brasil, Colômbia e Chile representam 90% do intercâmbio), e em poucos produtos (Quadro 1). 77,9% das exportações da América Latina para a Índia estão integradas por óleos crus de petróleo, e os minérios de cobre e o óleo de soja são outros produtos com certa relevância nos envios (8,3% e 4,1%, respectivamente). As compras latino-americanas da Índia, por sua vez, são um pouco mais diversificadas. Um quarto vem do petróleo, 6,0% correspondem a carros, e outros bens industriais como têxteis, medicamentos, autopeças e produtos químicos têm uma participação de 2% a 3%. Assim, o comércio mostra um padrão de tipo interindustrial, em que a América Latina exporta para a Índia recursos naturais, e importa bens manufaturados.

Quadro 1. Exportações da América Latina* para a Índia segundo lotes do SH, 2013

Em milhares de US\$ e %

Descrição	Milhares de US\$	Participação
EXPORTAÇÕES		
Óleos crus de petróleo ou de minério betuminoso.	22.301.036	77,9%
Minérios de cobre e seus concentrados.	2.380.641	8,3%
Óleo de soja e suas frações, inclusive refinado, mas não modificados quimicamente.	1.186.290	4,1%
Açúcar de cana ou de beterraba e sacarose quimicamente pura, em estado sólido.	435.336	1,5%
Ouro (incluído o ouro platinado) em bruto, semielaborado ou em pó.	355.679	1,2%
Telefones, incluídos os telefones celulares e os para outras redes sem fio...	134.782	0,5%
Fosfatos de cálcio naturais, fosfatos aluminocálcicos naturais e gredas fosfatadas.	104.828	0,4%
Madeira em bruto, inclusive descascada, desalburnada ou esquadriada.	83.693	0,3%
Desperdícios e refugos (sucata), de fundição, ferro ou aço; lingotes de sucata de ferro ou de aço.	70.675	0,2%
Flúor, cloro, bromo e iodo.	67.147	0,2%
Demais produtos	1.513.456	5,3%
<i>Total</i>	<i>28.633.563</i>	<i>100,0%</i>
IMPORTAÇÕES		
Óleos de petróleo ou de minério betuminoso, exceto os óleos crus.	3.655.851	25,8%
Automóveis de turismo e	845.060	6,0%

demais veículos para o transporte de pessoas		
Fios de filamentos sintéticos (exceto linhas para costurar) não acondicionados para a venda a varejo.	399.366	2,8%
Medicamentos	394.999	2,8%
Partes e acessórios de veículos das posições 87.01 a 87.05.	356.633	2,5%
Não definido	341.052	2,4%
Compostos heterocíclicos exclusivamente de heteroátomo(s) de nitrogênio.	327.250	2,3%
Fios de algodão (exceto linhas para costurar) com um conteúdo de algodão >= 85% em peso...	307.256	2,2%
Inseticidas, raticidas e demais antirroedores, fungicidas, herbicidas...	241.516	1,7%
Motocicletas (incluídos os ciclomotores) e velocípedes equipados com motor auxiliar...	223.329	1,6%
Demais produtos	7.085.756	50,0%
<i>Total</i>	<i>14.178.068</i>	<i>100,0%</i>

Fonte: BID-Intal com base em dados DataIntal.

Levando em conta a complementaridade entre a América Latina e a Índia e o forte crescimento dessa economia, cabe a colocação de por que a região não conseguiu ter uma maior participação em seu comércio. Algumas razões expostas nos estudos[3] são a presença de altos custos de comércio pelo déficit de infraestrutura na Índia e na América Latina, as altas tarifas para os produtos agrícolas, e as barreiras não tarifárias relacionadas com as tramitações necessárias para importar nesse país.

Sua tarifa média aplicada para todos os bens em 2013 foi de 13,5%, enquanto para os produtos agropecuários foi de 33,5% e para os industriais de 10,2%. Como já mencionado, a política comercial da Índia de abertura e redução de barreiras tarifárias e não tarifárias começou a ser implementada de forma gradual a partir da década de 1990. A liberalização se realizou de maneira unilateral, e só a partir dos anos 2000 tiveram início negociações no âmbito regional e bilateral.



Alguns dos primeiros acordos comerciais assinados pela Índia foram com Sri Lanka em 2000, Nepal em 2002, Afeganistão e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean) em 2003, Mercosul e a União Alfandegária do Sul da África (Sacu, sigla em inglês) em 2004, Cingapura e Japão em 2005, Ásia Meridional, Butão, Chile e o Conselho de Cooperação do Golfo em 2006 e República da Coreia em 2009. Há propostas para realizar negociações para nove novos acordos, dos quais quatro são com países da América Latina: Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela; e dez negociações estão em andamento, entre elas com a União Europeia e a Associação Regional Econômica Integral (RCEP, sigla em inglês).

Além disso, a Índia ganhou protagonismo no cenário multilateral devido às negociações em torno Pacote de Bali aprovado pelos membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) em dezembro de 2013, quando sua colocação sobre segurança alimentar levou ao bloqueio do acordo sobre facilitação do comércio em julho de 2014.[4]

Embora hoje se observe uma baixa relevância do comércio entre a Índia e a América Latina, a aproximação entre ambas aparece como uma oportunidade para diminuir a distância decorrente das barreiras tarifárias e não tarifárias. As negociações propostas ajudariam a avançar nos vínculos comerciais com uma das economias maiores e de maior dinamismo do mundo, tanto no âmbito bilateral quanto multilateral.

Bibliografia:

BID-INTAL. “[OMC: Primeiro acordo multilateral de comércio](#)”, em: *Carta Mensal INTAL Nº 208*, dezembro, 2013.

BID-INTAL. “[OMC: Facilitação do comércio e segurança alimentar](#)”, em: *Carta Mensal INTAL Nº 216*, agosto, 2014a.

BID-INTAL. “[Dificuldades na implementação do Pacote de Bali](#)”, em: *Carta Mensal INTAL Nº 218*, outubro, 2014b.

CEPAL. “Índia e América Latina e o Caribe. Oportunidades e desafios em suas relações comerciais e de investimento”. Santiago do Chile, fevereiro, 2012.

OLARREAGA, M.; PERRY, G. “China’s and India’s challenge to Latin America: opportunity or threat?” World Bank. Washington DC, 2009.

MESQUITA, M. (Coord.). [Índia: Oportunidades y desafíos para América Latina](#). Relatório especial em integração e comércio, BID. Washington DC, 2010.

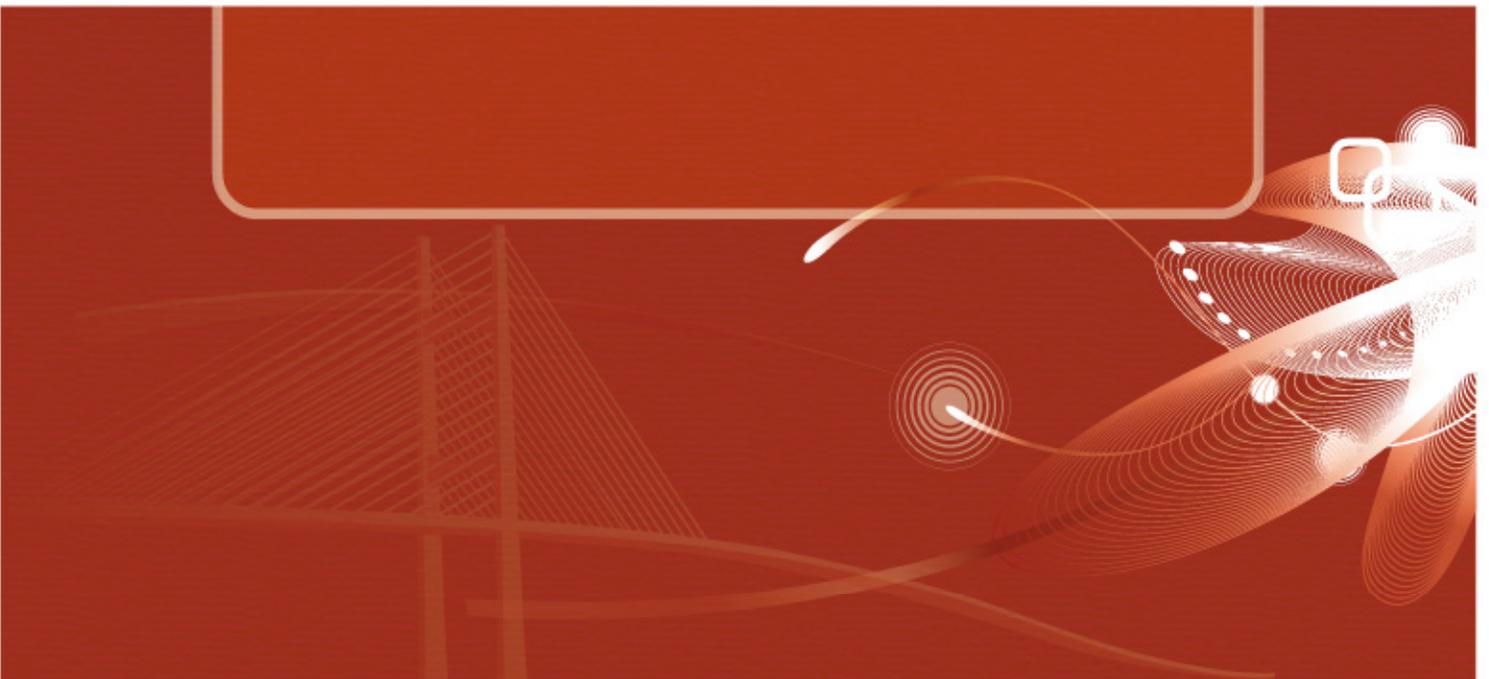
SELA. “A Economia da Índia e suas Relações com a América Latina e o Caribe: Estado Atual e Perspectivas”. Caracas, julho, 2009.

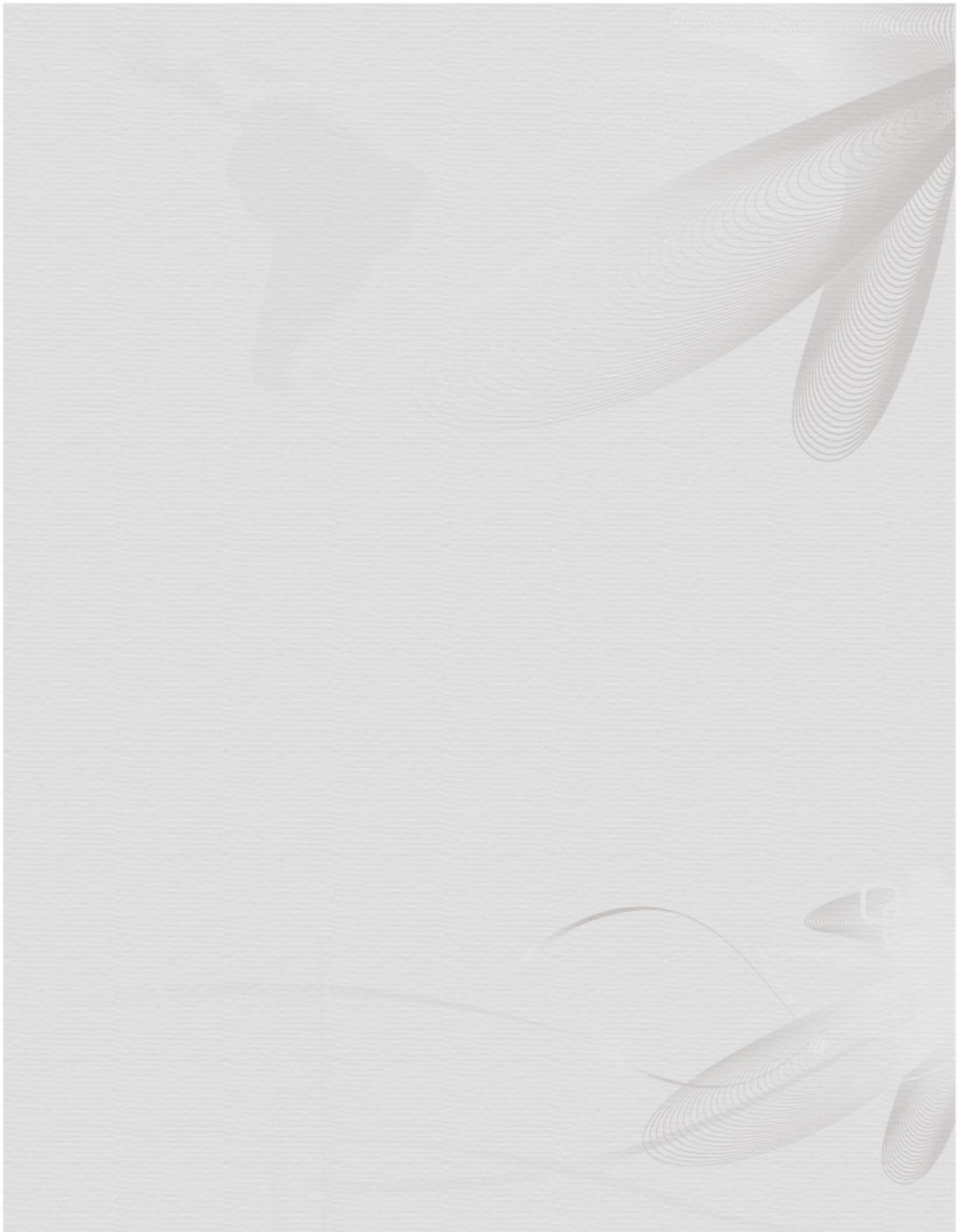
- 
- [1] Este texto foi elaborado pela consultora Kathia Michalczewsky.
[2] Veja Mesquita (2010) para mais detalhes.
[3] Veja Mesquita (2010), Cepal (2012), Olarreaga e Perry (2009), entre outros.
[4] Veja BID-INTAL (2013), (2014a) e (2014b).





Blocos de Integração







América Central

Política Regional de Saúde na América Central

No âmbito da 44ª Reunião de Presidentes e Chefes de Estado dos países do Sistema de Integração Centro-Americana (Sica), realizada em dezembro, foi aprovada a [Política Regional de Saúde \(PRSS\) 2015-2022](#). Elaborada com a colaboração do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como parte da Iniciativa de Saúde Mesoamérica 2015, e de outros organismos regionais e internacionais, a política já tinha sido aprovada em setembro de 2014 pelo Conselho de Ministros da Saúde da América Central (Comisca). O Comisca representa a instância política do Sica que tem como função identificar e priorizar os problemas regionais de saúde.

O processo começou em fins de 2013 por determinação da 39ª reunião do Comisca e ao longo de 2014 foram realizados vários workshops e consultas com especialistas da região. Outras secretarias do Sica que já contam com políticas regionais também se envolveram na elaboração.

De acordo com o documento da PRSS, os gastos com saúde são inferiores aos níveis recomendados (5% do PIB) em todos os países da região, exceto na Costa Rica (8,7%). Em média, na América Central o investimento é de 3,6% do PIB. Além disso, o diagnóstico mostra que os sistemas de saúde se encontram altamente fragmentados e são de baixa qualidade, o que implica respostas desarticuladas e ineficiência na designação de recursos. O relatório diz que, apesar de o aumento da estabilidade política e econômica ter tido influência positiva na saúde dos habitantes (a expectativa de vida aumentou três anos na última década e os índices de mortalidade materna e infantil também caíram), a região centro-americana continua se caracterizando pela desigualdade e pela vulnerabilidade social, e por um acesso limitado à saúde. Além disso, a PRSS afirma que os países da América Central ainda não superaram a etapa de doenças infecciosas e também estão sofrendo epidemias de doenças não transmissíveis e crônico-degenerativas, o que eleva a demanda e os custos do sistema de saúde. O documento destaca o crescente índice de homicídios na região, por um lado; e, por outro, os riscos ligados a fenômenos naturais como terremotos e inundações, que aumentam a vulnerabilidade da população e exigem planos de emergência. Finalmente, a política apresenta o desafio adicional vinculado às diferenças de condições existentes tanto entre os países centro-americanos como dentro deles.



Neste contexto, até o momento a América Central contava com planos setoriais, estratégias e acordos na área de saúde, mas não com um programa político regional. A PRSS tem como objetivo ser um guia para melhorar a saúde da população com ações de caráter regional, por meio do fortalecimento da ação nacional e com uma abordagem intersetorial. O enfoque intersetorial inclui áreas como equidade de gênero, segurança alimentar, gestão dos riscos de desastres naturais, agricultura, mudanças climáticas, educação, etc. A política de saúde regional define dimensões estratégicas a partir das quais se buscará estabelecer planos de ação sobre elas e criar um espaço de análise. Estas dimensões são a gestão do conhecimento, o desenvolvimento de capacidades, a cooperação regional e internacional e, por fim, a integração regional. Alguns dos temas considerados prioritários são a elaboração de um regulamento sanitário internacional, a prevenção da gravidez na adolescência e da obesidade infantil, o fortalecimento dos recursos humanos, o HIV/aids e a vigilância epidemiológica e farmacológica. Também faz parte deste grupo a negociação conjunta de medicamentos e dispositivos médicos, que será realizada no âmbito da política regional.

A PRSS busca a articulação entre a ação nacional e regional com um enfoque de complementaridade, de não substituição e não duplicação de esforços. Além disso, a Política conta com princípios-chave como a universalidade, a qualidade e a inclusão social.

Com a aprovação da Política Regional de Saúde, a América Central buscar contar com uma política regional que fortaleça as ações nacionais, diminuindo a sua dependência dos ciclos políticos de cada país.

América Central buscar aproveitar melhor TLC com Chile

Em dezembro houve uma nova reunião da Comissão de Livre Comércio do Tratado de Livre Comércio (TLC) entre os países da América Central e o Chile, em Manágua, Nicarágua, com o objetivo de revisar o funcionamento do acordo e definir uma agenda de cooperação que permita aproveitá-lo melhor.

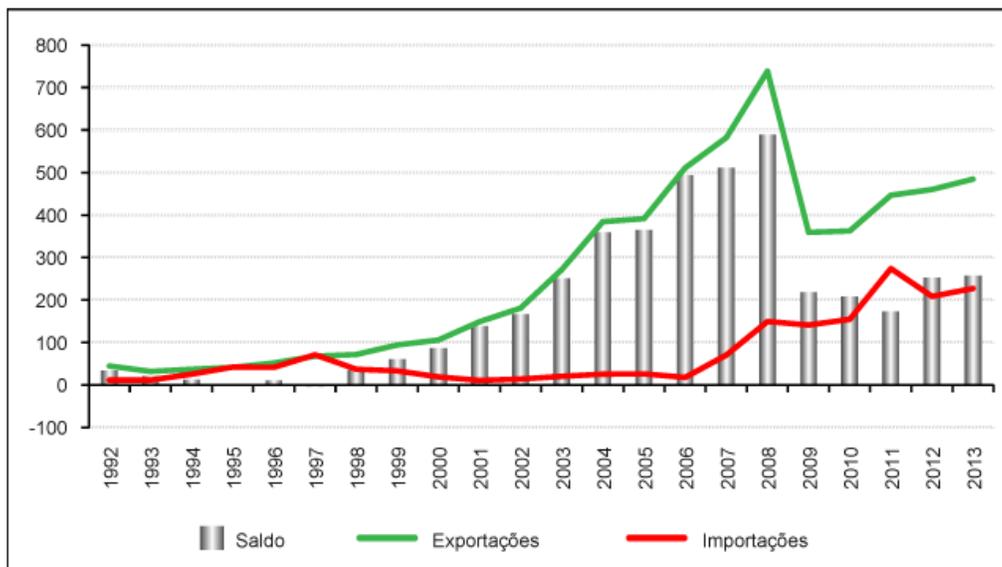
Entre as alternativas, foi considerada a possibilidade de ampliar a cobertura das normas e disciplinas estabelecidas nos capítulos sobre contratação pública e investimentos, para estimular o acesso dos fornecedores aos respectivos mercados de compras públicas dos sócios e atrair investimentos entre eles.

O TLC, assinado em 1999 depois de seis rodadas de negociação, está em vigor desde 2002 para a Costa Rica e El Salvador, desde 2008 para Honduras, desde 2010 para a Guatemala e desde 2012 para a Nicarágua. O tratado tem a estrutura da nova geração de acordos, abrangendo 20 capítulos que incluem a regulação do acesso aos mercados e das políticas comerciais (salvaguardas, origem, normalização e obstáculos técnicos, lealdade comercial internacional), investimentos, serviços, contratações públicas e solução de controvérsias. Os programas de desoneração e os regimes de origem foram negociados de forma bilateral entre cada um dos países centro-americanos com o Chile.[1]

Cabe destacar que o comércio entre o Chile e as economias da América Central cresceu visivelmente de 1999 a 2008, multiplicando-se por sete e atingindo US\$ 888 milhões; mas depois caiu quase à metade devido ao impacto da crise internacional, e só se recuperou parcialmente nos últimos anos (Gráfico 1). Mesmo assim, continua representando uma fatia muito pequena do intercâmbio comercial total dos sócios: em 2013 correspondeu a 0,5% do comércio do Chile, e a 0,7% da América Central. O saldo é superavitário para o Chile, embora as importações do país tenham mostrado certo dinamismo recentemente, devido sobretudo às compras feitas à Guatemala. Esta economia é a principal origem das importações do Chile na América Central, e a Costa Rica constitui o destino mais importante.

Gráfico 1. Comércio do Chile com a América Central, 1992-2013

Em milhões de US\$



Fonte: BID-INTAL com base em DataIntal.

O principal produto de exportação do Chile para a América Central é o cobre, praticamente todo destinado à Costa Rica. Outras mercadorias relevantes são o extrato de malte, madeira serrada, papel e papelão, maçãs, produtos à base de cereais e vinho de uva. No caso das compras do Chile às economias centro-americanas, a metade é composta por açúcar de cana e borracha – a maior parte de origem guatemalteca-, papel higiênico e roupas de uso pessoal.

O esforço dos países de procurar aproveitar melhor o acordo, além de aumentar o valor comercializado, também visa ampliar a extensão do acordo, elevando a quantidade de produtos intercambiados. Adicionalmente, segundo o [Ministério da Economia de El Salvador](#), o Chile representa um aliado estratégico em função das intenções de vários países da região de fazer parte da Aliança do Pacífico (AP).

República Dominicana também busca acordo comercial com Chile

No encontro realizado no dia 14 de janeiro, a República Dominicana iniciou um diálogo com o Chile para negociar um acordo comercial. Representantes de ambos os países assinaram os termos de referência da possível negociação. Atualmente o comércio entre estas duas economias é de cerca de US\$ 150 milhões por ano.

Mais informações no seguinte [link](#).

Texto sobre o assunto:

- BID-INTAL. “[América Central olha para o Pacífico](#)”, em: *Carta Mensal INTAL N° 202*, junho de 2013.

[1] Informações obtidas em Instrumentos Jurídicos de Integração (IJI) do BID-Intal. Mais informações sobre o TLC e seus respectivos documentos estão disponíveis em:

<http://www10.iadb.org/intal/iji/query/FichaAcuerdo.aspx?lang=es&Acuerdo=17>

Começa construção do canal transoceânico na Nicarágua

No dia 22 de dezembro teve início a [construção do canal](#) que unirá o mar Caribe e o oceano Pacífico através da Nicarágua.

O [projeto foi aprovado](#) pela Assembleia Nacional da Nicarágua em julho de 2012, e em junho de 2013 a empresa *HKND Group*[1] recebeu a concessão para planejar, projetar, construir e operar o Grande Canal da Nicarágua durante 50 anos.

O Grande Canal da Nicarágua custará cerca de US\$ 50 bilhões, e terá 278 quilômetros de extensão. Segundo a HKND, a construção vai gerar 50 mil empregos diretos e mais de 200 mil indiretos ao longo dos cinco anos que a obra deve durar. Além do canal, [o projeto inclui](#) dois portos, uma zona de livre comércio, um complexo para férias, um aeroporto internacional e várias estradas. Além disso, também está previsto construir uma central elétrica, fábricas de cimento e aço, entre outras instalações.

O projeto, que recebeu questionamentos devido ao seu possível impacto ambiental e econômico, começa em Tola, onde se reabilitará uma estrada para o transporte de equipamentos pesados necessários para a construção do porto e da eclusa. De acordo com declarações do [presidente da empresa](#), no primeiro trimestre de 2015, os trabalhos serão de medição, projeto, compra de terras e construção de vias de acesso na parte leste do canal, e espera-se contar com os estudos finais de impacto ambiental. No segundo trimestre serão realizadas atividades similares na parte oeste, e a partir do segundo semestre do ano haverá a licitação e o início do trabalho da seção-chave da escavação entre Tule e La Unión. No último trimestre de 2015 será feita a licitação de projeto e construção das eclusas leste e oeste.

O Grande Canal da Nicarágua será a terceira obra de infraestrutura deste tipo no mundo, depois do Canal de Suez (que une o mar Mediterrâneo ao mar Vermelho) e o Canal do Panamá (que também une o mar do Caribe ao oceano Pacífico). A criação de outro canal na América Central é necessária, [segundo a empresa construtora](#), em função do significativo crescimento do comércio da América Latina e dos Estados Unidos com o Oriente, que já supera a capacidade do Canal do Panamá, tanto devido ao aumento do número de navios como dos seus tamanhos. O minério de ferro que o Brasil exporta para a China, por exemplo, não pode passar pelo Canal do Panamá por limitações de tamanho, o que obriga os navios a fazerem um caminho mais longo. Segundo o planejamento apresentado, o Canal da Nicarágua será capaz de receber esses navios de maior porte.

O Grande Canal da Nicarágua e o Canal do Panamá devem transportar US\$ 1,4 bilhão em mercadorias em 2030, tornando-se uma das rotas comerciais mais importantes do mundo.

[1] Sigla da empresa privada de origem chinesa Hong Kong Nicaragua Canal Development, com sede em Hong Kong e escritórios em Manágua, Nicarágua.

Costa Rica e China assinam acordo para criar Zona Econômica Especial

Durante a visita oficial do presidente da Costa Rica à China no início de janeiro, os dois governos [assinaram um Memorando de Entendimento para realizar um estudo de viabilidade sobre uma zona econômica especial](#) no território do país centro-americano.

Uma zona econômica especial pode ser definida como uma região delimitada de um país onde a regulação das atividades econômicas é diferente da aplicada no restante do território a fim de estimular um ambiente de negócios mais favorável. As regulações são vinculadas a investimentos, ao comércio internacional e a benefícios tributários.

Em quase todos os países do mundo existe alguma forma de zona econômica especial, com diversas denominações: zonas livres, zonas francas, zonas de processamento de exportações, entre outras. Em geral, elas têm como objetivo atrair investimentos estrangeiros diretos (IED), estimular o emprego e a melhora da inserção internacional da economia. Além destes pode haver fins mais específicos, como o desenvolvimento de um setor estratégico.

Na China as zonas econômicas especiais foram criadas na década de 1980, com o objetivo de testar de maneira gradual as reformas econômicas e ir abrindo parcialmente a economia para o capital estrangeiro, a tecnologia e o conhecimento. As primeiras quatro zonas foram estabelecidas no litoral para facilitar o acesso a mercados internacionais. Eram oferecidos incentivos fiscais para a instalação de empresas, infraestrutura para o desenvolvimento das atividades, tarifas alfandegárias menores para a importação de insumos e regulações trabalhistas mais flexíveis. Hoje a China conta com mais de 150 zonas econômicas especiais, que empregam cerca de 50 milhões de pessoas.

Embora o governo e empresas chinesas tenham auxiliado países como Egito, Paquistão e Emirados Árabes Unidos na implementação desta ferramenta desde meados dos anos 90, só a partir de 2006 esta cooperação faz parte do apoio oficial do Ministério de Comércio da China. Assim, o gigante asiático começou a utilizar as zonas como instrumento para estabelecer laços econômicos e políticos com outros países em desenvolvimento, cooperando técnica e financeiramente com o objetivo de que se instalassem empresas originárias desse país.

As primeiras zonas estabelecidas de acordo com esta estratégia oficial estão na África, e nos últimos anos surgiram compromissos para a instalação de algumas em países da América Latina, como México, Venezuela e Costa Rica.

O estudo de viabilidade que será realizado a partir do acordo da Costa Rica com a China deve ficar pronto em outubro de 2015 e incluirá uma proposta de localização geográfica da zona, que será um programa piloto – para depois ser reproduzido em outras zonas do país -, e incluirá um estudo de mercado, análise de viabilidade ambiental, econômica e financeira, além da análise de políticas de suporte para seu funcionamento. O estudo será responsabilidade do Departamento de Investimentos no Exterior e Cooperação Econômica do Ministério do Comércio da China, e da Direção de Investimentos e Cooperação do Ministério de Comércio Exterior da Costa Rica.



A zona econômica especial faz parte do Plano Nacional de Desenvolvimento do governo da Costa Rica, e buscará cumprir alguns dos seus objetivos, como atrair investimentos, criar empresas, gerar empregos, melhorar a infraestrutura e diminuir as assimetrias territoriais.

Mais informações no seguinte [link](#).

Outras iniciativas similares na região centro-americana

Em meados de janeiro, o Ministério de Comércio e Indústrias do Panamá anunciou a [aprovação de dois novos projetos de zonas francas](#) no país.

A primeira será na província de Herrera e terá o formato de um parque ecológico: promoverá a instalação de empresas com altos padrões ambientais e ecológicos. A execução da infraestrutura necessária será realizada em três etapas, e deve estar pronta em sete anos, com um investimento previsto de US\$ 30 milhões. A zona franca ficará a 20 km do aeroporto de Chitré e a 60 km do Porto Multimodal, que será construído em Aguadulce.

A segunda iniciativa implica investimentos de US\$ 17 milhões e seria instalada no setor de Santa Clara, em Pacora, no distrito do Panamá. Está prevista a instalação de empresas produtoras de bens, serviços logísticos e ambientais, educação superior, pesquisa científica e alta tecnologia. Atualmente o Panamá conta com 16 zonas francas, onde funcionam 93 empresas que geram 1.500 empregos. As principais atividades são serviços, montagem, processamento de produtos terminados ou semielaborados e manufatura.

Bibliografia:

BRÄUTIGAM, D.; XIAOYANG, T. “Economic Statecraft in China’s New Overseas Special Economic Zones. Soft Power, Business, or Resource Security?” *IFPRI Discussion Paper 01168*. Mar. 2012.

FAROLE, T.; AKINCI, G. (Ed.). *Special Economic Zones. Progress, Emerging Challenges, and Future Directions*. World Bank: Washington DC, 2011.

RAMOS MARTINEZ, A.; GAYÁ, R.; CAMPOS, R.; MICHALCZEWSKY, K. “[Marcos teóricos para el análisis de las zonas de procesamiento de exportaciones en América Latina y el Caribe](#)”. *Nota técnica N° 432*. BID-INTAL, jul. 2012.



Comunidade Andina

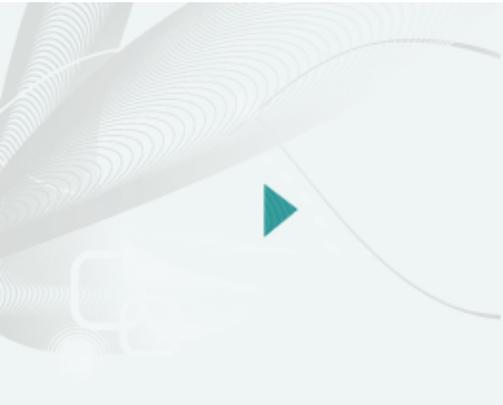
Salvaguarda cambial entre países andinos

A Colômbia e o Peru expressaram recentemente que não estão de acordo com a salvaguarda cambial aplicada pelo Equador. Por meio da resolução N° 050-2014, no dia 5 de janeiro o Equador passou a aplicar uma tarifa alfandegária de até 7% para os produtos provenientes do Peru e de até 21% para os que chegam da Colômbia. O [Comunicado](#) do Ministério de Comércio Exterior do Equador argumenta que a medida é uma resposta à desvalorização do peso colombiano e do sol peruano, que afeta as condições de concorrência comercial entre estes países. Durante os últimos seis meses o peso colombiano se desvalorizou 25% em relação ao dólar norte-americano e o sol peruano, 5,4%, afetando a competitividade dos produtos equatorianos.

Devido à resolução, os governos da [Colômbia](#) e do Peru pediram que a Secretaria-Geral da Comunidade Andina (CAN) se pronuncie sobre a legalidade da salvaguarda equatoriana de acordo com o Acordo de Cartagena, que regula o comércio entre os sócios. A [Secretaria](#) deverá se manifestar em até 30 dias.

Texto sobre o assunto:

- BID-INTAL. "[Peru e Equador solucionam conflitos comerciais](#)", em: *Carta Mensal INTAL N° 218*, outubro de 2014.



Mercosul

Comércio do Mercosul caiu 8% em 2014

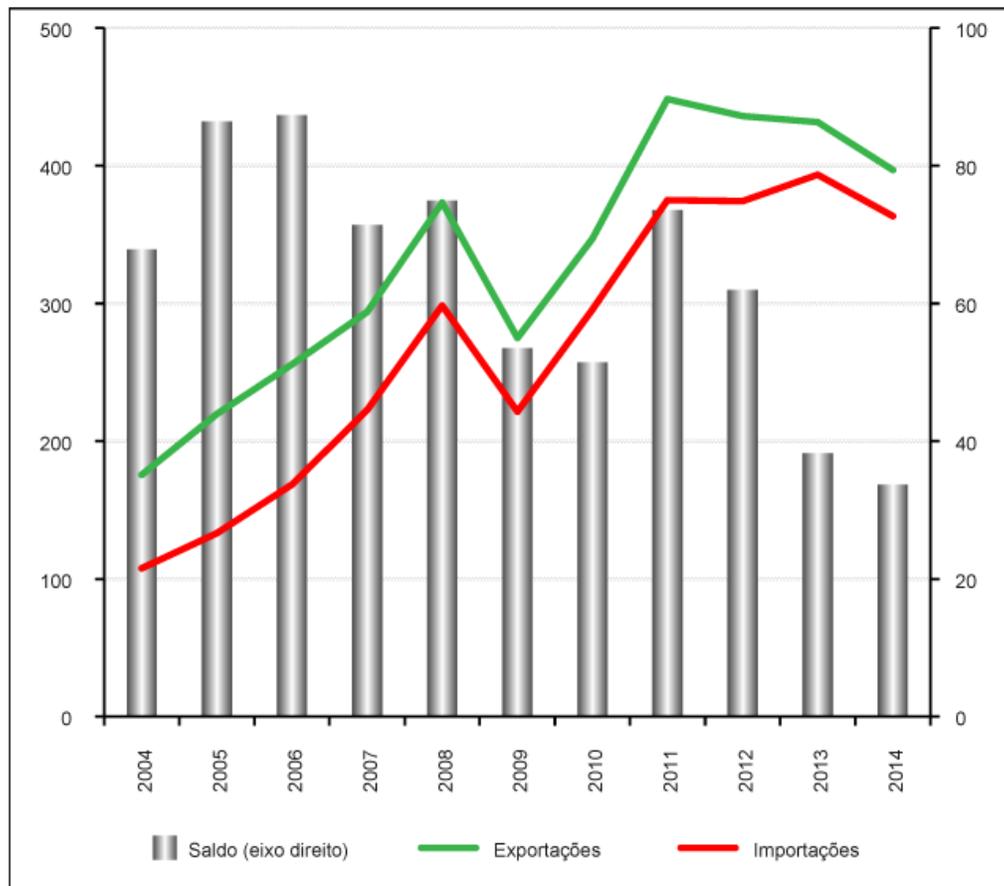
Em 2014 os fluxos comerciais do Mercosul caíram 8%. As exportações ficaram em US\$ 397 bilhões, acumulando três anos consecutivos de contração e localizando-se 13% abaixo do máximo de 2011 (Gráfico 1).

Como foi adiantado no [Informe Mercosul N° 19](#), a queda das vendas externas do bloco durante 2014 se explica pelo desempenho das economias maiores, enquanto aumentaram as exportações do Paraguai e do Uruguai (Gráfico 2). As importações, pelo contrário, diminuíram em todos os países do Mercosul em um contexto de enfraquecimento – e em alguns casos de contração - da atividade. As compras externas totais do bloco caíram 7,7%, atingindo um patamar de US\$ 363 bilhões.

O superávit do comércio do Mercosul reflete o excedente da Venezuela e, em menor grau, da Argentina, que compensaram o saldo negativo nos demais países. Deve-se apontar que em 2014 o comércio exterior brasileiro foi deficitário (US\$ 3,9 bilhões) pela primeira vez desde 2000.

Gráfico 1. Evolução do comércio do MERCOSUL*

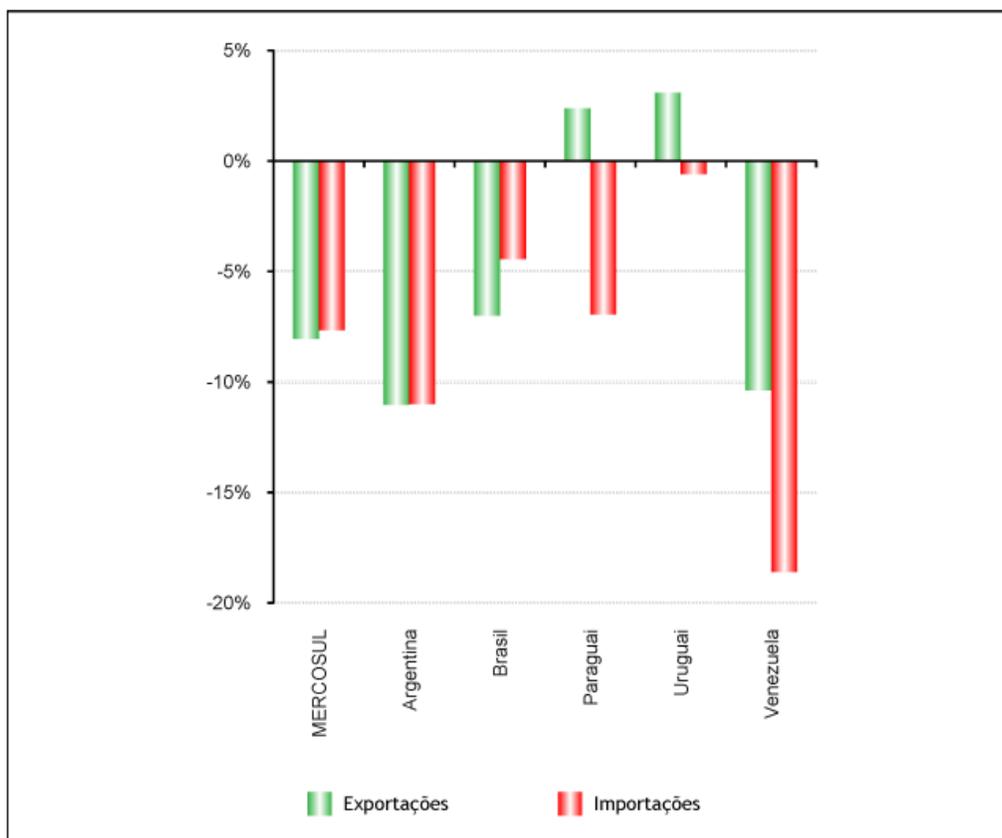
US\$ bilhões



Obs.: *Inclui comércio intra Mercosul. Abrange a Venezuela durante todo o período, apesar de ser membro pleno desde 2012. Os dados de 2014 são estimados. Fonte: Intal com dados de Indec, Secex, BCP, BCU, UM-Comtrade.

Entre os fatores que explicam a queda das exportações do Mercosul se destaca o menor dinamismo da economia mundial, especialmente a desaceleração da China e o enfraquecimento da Eurozona, como também a deterioração das condições macroeconômicas do próprio bloco. Assim, os envios para os principais destinos se contraíram, com exceção daqueles para os Estados Unidos. Também contribuiu para isso a redução dos preços de alguns produtos de grande relevância na cesta exportadora dos países do Mercosul, como minério de ferro, soja e derivados, petróleo, milho, açúcar, entre outros.

Gráfico 2. Mercosul: Variação interanual de exportações e importações, 2014



Obs.: Os dados da Argentina, do Uruguai e da Venezuela são estimados. Fonte: Intal com dados do Indec, Secex, BCP, INE, BCV e Giordano et al. (2014).

Em contraste com 2013, quando o comércio entre os países do Mercosul tinha tido um melhor desempenho do que o intercâmbio com o restante do mundo, em 2014 as exportações intrazona se contraíram a um ritmo maior do que os envios para extrazona. Apesar de todos os países – com exceção do Paraguai – terem reduzido suas vendas ao bloco, a maior parte da queda corresponde à redução do comércio entre o Brasil e a Argentina (-21,2%), principalmente do setor automotivo. Como se observa no Quadro 1, os veículos (42% do intercâmbio bilateral em 2014) explicam mais de dois terços da contração dos fluxos entre as economias maiores, seguidos em importância por combustíveis, maquinaria e cereais.

Quadro 1. Setores que mais contribuem para a queda do comércio entre a Argentina e o Brasil em 2014

Setor	Variação	Contribuição para a variação total	Participação no total
<i>Total</i>	-21,2%	100,0%	100,0%
Veículos automotivos	-30,2%	67,4%	42,0%
Combustíveis	-40,9%	8,2%	3,2%
Maquinaria mecânica	-20,7%	7,0%	7,2%
Cereais	-38,3%	5,9%	2,6%
Restante	-6,4%	11,5%	45,1%

Fonte: Elaboração própria com dados da Secex.

Para 2015, existem alguns fatores animadores para as exportações, como as perspectivas de um maior crescimento da economia mundial - principalmente pela consolidação da expansão norte-americana -, a recente depreciação das moedas de alguns países do Mercosul e o possível aumento das quantidades exportadas do setor agrícola pela expectativa de melhores safras. No entanto, em 2015 continuam existindo importantes desafios, como a desaceleração da economia da China[1] e a contração dos preços das *commodities*, que poderia compensar o aumento dos volumes em muitos casos. É preciso apontar que a queda do preço do petróleo (mais de 50% acumulada entre junho de 2014 e janeiro de 2015) poderia beneficiar os membros fundadores do bloco, que são importadores líquidos de combustíveis, enquanto aprofundaria a contração das vendas externas venezuelanas.

Bibliografia:

BID-INTAL. [Informe Mercosul N° 19](#). Nota Técnica IDB-TN 719. Buenos Aires: BID-INTAL. Nov. 2014.

GIORDANO, Paolo; MICHALCZEWSKY, Kathia; RAMOS, Alejandro. [Estimaciones de las tendencias comerciales América Latina 2014](#). Washington, DC: BID. Dez. 2014.

UN/DESA. [World Economic Situation and Prospects 2015](#). New York: UN/DESA, 2014.

[1] De acordo com o UNDESA (2014), em 2015 a China crescerá 7,0%, em comparação com 7,3% e 7,7% em 2014 e 2013, respectivamente.



OMC: relatório do órgão de apelação sobre restrições argentinas às importações

Como foi mencionado na [Carta Mensal INTAL Nº 217](#), Argentina recorreu em agosto de 2014 da sentença do Grupo Especial da Organização Mundial do Comércio (OMC) relativa aos questionamentos da União Europeia (UE), dos Estados Unidos e do Japão sobre restrições às importações impostas por esse país.

Em resposta à apelação argentina, a OMC publicou o relatório do Órgão Permanente de Apelação (OPA) em janeiro. No [documento](#), o OPA confirmou as constatações realizadas pelo Grupo Especial em agosto de 2014. A respeito das prescrições relacionadas com o comércio (PRC) e as Declarações Juramentadas Antecipadas de Importação (DJAI), o OPA ratificou que constituem uma restrição à importação de mercadorias e, conseqüentemente, são incompatíveis com o parágrafo 1 do artigo XI do Acordo Geral sobre Tarifas Alfandegárias e Comércio (GATT, sigla em inglês).[1] No tocante à prescrição de conteúdo nacional, o Órgão afirmou que a medida é incompatível com o parágrafo 4 do artigo III do GATT[2] porque modifica as condições de concorrência no mercado argentino, de modo que se outorga aos produtos importados um tratamento menos favorável que o concedido aos produtos nacionais similares.

No relatório, o OPA recomenda que o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) solicite à Argentina que coloque as medidas incompatíveis com o GATT em conformidade com esse acordo. A Argentina deverá adequar as normas às recomendações do OSC em um prazo razoável e, se não o fizer, deverá negociar com os Estados Unidos, o Japão e a UE o estabelecimento de compensações mutuamente aceitáveis. Caso não se chegue a um acordo, os reclamantes podem pedir ao OSC autorização para aplicar medidas de retorsão.

Cabe destacar que essas três economias constituem o destino de cerca de 25% das exportações da Argentina. Os envios externos argentinos caíram 10% em 2014, o que poderia se aprofundar no caso de possíveis retaliações.

O relatório completo do OPA está disponível no seguinte [link](#).

Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. “[OMC cria grupo especial para examinar antidumping da UE sobre biodiesel argentino](#)”, em: *Carta Mensal INTAL N° 213*, maio de 2014.
- BID-INTAL. “[Painel da OMC toma decisão contrária à Argentina em restrições às importações](#)”, em: *Carta Mensal INTAL N° 217*, setembro de 2014.

[1] Artigo XI: Eliminação geral das restrições quantitativas. 1. Nenhuma parte contratante imporá nem manterá – afora os direitos alfandegários, impostos ou outros encargos – proibições nem restrições à importação de um produto do território de outra parte contratante ou à exportação ou à venda para a exportação de um produto destinado ao território de outra parte contratante, seja pela aplicação de contingentes, licenças de importação ou de exportação, ou por meio de outras medidas.

[2] Artigo III: Tratamento nacional em matéria de tributação e de regulamentação interiores. 4. Os produtos do território de qualquer parte contratante importados no território de qualquer outra parte contratante não deverão receber um tratamento menos favorável que o concedido aos produtos similares de origem nacional, no que se refere a qualquer lei, regulamento ou prescrição que afete a venda, a oferta para a venda, a compra, o transporte, a distribuição e o uso desses produtos no mercado interior. As disposições deste parágrafo não impedirão a aplicação de tarifas diferentes nos transportes interiores, baseadas exclusivamente na utilização econômica dos meios de transporte e não na origem do produto.

Plano de Trabalho 2015 do Cosiplan

Como exposto na [Carta Mensal INTAL N° 220](#), em dezembro foi realizada em Montevidéu, Uruguai a [5ª Reunião Ordinária de Ministros do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento \(Cosiplan\)](#) da Unasul. Como parte da agenda, os ministros aprovaram o Plano de Trabalho 2015. Os planos de trabalho anuais do Conselho se baseiam no [Plano de Ação Estratégico 2012-2022 \(PAE\)](#), projetado e aprovado em 2011 com o objetivo de orientar as ações do Cosiplan para a implementação da integração da infraestrutura regional dos países-membros da Unasul.[1] De acordo com o Estatuto do Cosiplan, o Conselho conta com três instâncias de apoio para concretizar essas ações: o Comitê Coordenador, a Iniciativa IIRSA e os Grupos de Trabalho (GT) em diversas áreas temáticas.[2] O [Plano de Trabalho 2015](#) prioriza as ações e define atividades e produtos para cada uma dessas instâncias.

O [Comitê Coordenador do Cosiplan](#) se propõe, para este ano, a avançar no diagnóstico das redes de infraestrutura da América do Sul e promover a convergência normativa a partir das contribuições de estudos e workshops realizados ou em andamento, em temas tais como: integração ferroviária, aérea, de portos e hidrovias, integração e facilitação fronteiriça, e transporte de carga e logística. Além disso, continuará trabalhando para promover a participação social nas atividades do Conselho e fomentará a articulação do Cosiplan com outras instâncias da Unasul.

Os quatro Grupos de Trabalho do Cosiplan preveem avançar nas seguintes linhas de ação:

1. [*Grupo de Trabalho sobre Mecanismos de Financiamento e Garantias*](#): com a coordenação do Brasil, o objetivo do GT é identificar soluções financeiras para a execução eficiente dos projetos da Agenda de Projetos Prioritários (API) e da Carteira de Projetos do Cosiplan. Com esse objetivo, serão coordenadas ações com o Grupo de Trabalho sobre Integração Financeira do Conselho de Economia e Finanças da Unasul, será dada continuidade à identificação de fontes alternativas de financiamento e se analisará a possibilidade de constituir um fundo de estudos de pré-investimento para projetos de integração fronteiriça.
2. [*Grupo de Trabalho sobre Integração Ferroviária*](#): com a coordenação do Uruguai, prevê-se avançar na realização de um estudo que contribua com insumos para elaborar um plano de ação que facilite a integração ferroviária da América do Sul, serão continuadas as atividades do subgrupo do Corredor Ferroviário Bioceânico Paranaguá–Antofagasta (Argentina-Brasil-Chile-Paraguai) e serão iniciadas as atividades do subgrupo Corredor Ferroviário Bioceânico Central (Bolívia-Brasil-Peru).
3. [*Grupo de Trabalho sobre Telecomunicações*](#): com a coordenação do Paraguai, o objetivo do GT é a promoção do uso intensivo de Tecnologias da Informação e Comunicações (TICs) com o fim de superar barreiras geográficas e operacionais na América do Sul. Durante este ano se trabalhará na contratação e acompanhamento do estudo “Rede para a conectividade sul-americana para a integração”; se avançará na utilização da “Rede Clara”; e haverá coordenação com o Grupo de Trabalho de Defesa Cibernética do Conselho de Defesa Sul-Americana da Unasul para a elaboração de um plano de ação em matéria de segurança da rede de fibra ótica.
4. [*Grupo de Trabalho sobre Sistema de Informação Geográfica \(SIG\) e Site do Cosiplan*](#): com a coordenação da Argentina, o objetivo do GT é a aplicação de metodologias e desenvolvimento de ferramentas que orientem o planejamento territorial e viabilizem o projeto, a execução e a operação dos projetos de integração física. Em 2015 se avançará na implementação do SIG do Cosiplan, com a assistência do Fundo de Iniciativas Comuns da Unasul, e se trabalhará em coordenação com o Centro de Comunicação e Informação da Unasul, com base nas diretrizes aprovadas pelos ministros do Cosiplan, para iniciar o desenvolvimento do site.

O compromisso da IIRSA em 2015 com a integração física da América do Sul

A [*Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana \(IIRSA\)*](#) é o Fórum Técnico para o planejamento da integração física regional sul-americana do Cosiplan. Os trabalhos no âmbito do Cosiplan-IIRSA se estruturam em três áreas temáticas, e para cada uma delas foram definidas atividades e produtos para este ano.

I. Projetos do Cosiplan

Nesta área estão incluídas as atividades sobre a [Carteira de Projetos do Cosiplan](#), a [Agenda de Projetos Prioritários de Integração \(API\)](#) e o [Sistema de Informação de Projetos do Cosiplan \(SIP\)](#). Em 2015 será dada continuidade aos esforços para: completar e melhorar a informação dos projetos, especialmente nos campos de descritores por setor, subsetor e tipo de obra; aplicar o Sistema de Monitoramento Permanente (SMP) para os projetos em execução; e completar os indicadores de resultado para os projetos concluídos. Além disso, serão realizadas reuniões dos Grupos Técnicos Executivos (GTEs) para a atualização da Carteira de Projetos e da API dos nove Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs), será completada e divulgada a caracterização socioeconômica e ambiental dos EIDs, e serão elaborados o Relatório da Carteira de Projetos 2015 e o Relatório de Avanço da API 2015.

II. Metodologias de Planejamento

São instrumentos para aprofundar e enriquecer o processo de planejamento sustentável da infraestrutura, incorporando aspectos ambientais, sociais, de integração produtiva, e logística, de gestão de riscos e catástrofes, normativos e de regulação, entre outros. Para 2015 foram programadas atividades nas seguintes metodologias:

- [Programas Territoriais de Integração \(PTI\)](#): será realizada a formulação do PTI e seu plano de implementação para o projeto API Túnel Binacional Água Negra (Argentina-Chile), com base no plano de trabalho aprovado pelos ministros durante a 5ª Reunião Ordinária do Cosiplan.[3] Esta atividade inclui a formulação e aplicação de um plano de participação para a interação com os atores-chave em nível nacional, regional/provincial, e local; a elaboração do Diagnóstico Integrado e a Análise Estratégica; e a apresentação de resultados e lições aprendidas.
- [Prevenção e Gestão de Riscos e Catástrofes na Infraestrutura](#): com a coordenação do Chile se aplicará, como piloto, a “Metodologia de Incorporação de Gestão de Riscos de Desastres (GRD) a Projetos de Infraestrutura de Integração” ao Grupo 5 de Projetos do Eixo Interoceânico Central. A partir desta aplicação será atualizado o Manual do usuário[4] e serão apresentados os resultados e as lições aprendidas. Além disso, será dado impulso à articulação e ao intercâmbio de informação com outros Conselhos e instâncias da Unasul que se encontram trabalhando na matéria.

III. Processos Setoriais de Integração (PSI)

Os Processos Setoriais de Integração têm como objetivo identificar os obstáculos de tipo normativo e institucional que impedem o desenvolvimento da infraestrutura na região e propor ações que permitam superá-los. Em 2015 se avançará nos seguintes PSI:

- [Transporte de Carga e Logística](#): com a coordenação do Peru, será desenvolvido um programa regional de capacitação em formulação e gestão de políticas sobre transporte de carga e logística para as equipes nacionais. A primeira proposta foi apresentada aos ministros durante a 5ª Reunião Ordinária do Cosiplan.[5] Além disso, se avançará em uma proposta de manejo de informação e definição de indicadores sobre transporte de carga e logística em nível regional.
- [Integração Sul-Americana por meio de Portos e Hidrovias](#): este é um tema que foi incluído pela primeira vez no Plano de Trabalho anual do Cosiplan-IIRSA. Com a coordenação do Brasil, prevê-se identificar os marcos regulatórios dos portos (marítimos, fluviais e lacustres) com o objetivo de melhorar a eficácia e eficiência das instalações portuárias; fomentar o desenvolvimento de medidas conjuntas para melhorar o potencial de transporte de passageiros e cargas nas hidrovias da região; mapear os projetos existentes e os estudos que tenham sido realizados para aproveitar as potencialidades das instalações portuárias e conexões fluviais; e avaliar as possíveis fontes de financiamento para projetos de modernização de portos e de integração por meio das hidrovias.
- [Integração Aérea](#): com a coordenação do Brasil, será realizada uma reunião para: analisar o estudo sobre Transporte de Carga Aérea na América Latina realizado pelo BID; apresentar e selecionar propostas de estudos e atividades para o Grupo Técnico Executivo (GTE) sobre Integração Aérea; e aprovar os Termos de Referência do estudo sobre integração aérea dos países do Escudo Guianês (Brasil, Guiana, Suriname e Venezuela).
- [Integração e Facilitação Fronteiriça](#): com a coordenação da Argentina e do Chile será incorporada a integração fronteiriça ao planejamento territorial indicativo do Cosiplan, incluindo este tema no processo de atualização da Carteira de Projetos do Conselho. Além disso, serão avaliadas experiências de Observatórios de Fronteiras, com o objetivo de promover sua implementação no âmbito do Cosiplan, e será analisada a proposta de padrões e indicadores de gestão para passagens de fronteira.
- [Integração Comercial por Envios Postais](#): com a coordenação do Brasil e do Peru se avançará em duas linhas de trabalho. Em matéria de exportações serão realizadas visitas de monitoramento ao programa “Exporta Fácil”; será realizado o pré-diagnóstico no Paraguai; se implementará esse programa nos países interessados; será promovido o tratamento prioritário aos envios do Exporta Fácil no destino final; será analisada sua incorporação no Portal *ConnectAmericas* do BID; e serão acordados e implementados os indicadores de resultados que foram apresentados aos Ministros durante a 5ª Reunião Ordinária do Cosiplan.[6] Quanto às importações, serão elaborados relatórios anuais de acompanhamento dos Planos de Trabalho Nacionais para a simplificação dos processos postais de importação; será formalizado e/ou renovado o Comitê de Trabalho Interinstitucional do projeto em cada país; serão estabelecidos acordos para fazer o projeto de um piloto de conectividade entre os programas “Exporta e Importa Fácil” entre o Brasil e o Peru; e se formalizará o Comitê de Contato Correios–Alfândega. Finalmente, será realizada uma reunião do GTE sobre Integração Comercial por Envios Postais e se aprofundarão as correlações entre as ações do GTE com os projetos e atividades da União Postal Universal (UPU) e da União Postal para a América, Espanha e Portugal (UPAEP).

Além disso, e com o objetivo de continuar as ações do Plano de Trabalho com uma visão orientada ao planejamento estratégico da integração física da América do Sul, os países acordaram a realização de três reuniões de Coordenadores Nacionais em lugar de duas como ocorria até 2014. Como parte da agenda de cada uma delas, serão realizadas sessões especiais sobre temas específicos do Plano de Trabalho que exijam um tratamento especial. O calendário consolidado de reuniões técnicas e workshops é apresentado a seguir:

Quadro 1. Calendário de Atividades 2015 do Cosiplan

Data	Local	Instância	Atividade
19 de janeiro	Santiago	IIRSA	Primeira reunião para coordenar a aplicação da Metodologia de GRD ao GP5 do Eixo Interoceânico Central (Chile-Peru)
março	Buenos Aires	Cosiplan / (especialistas)	GT sobre SIG e Site de Cosiplan
março	Santa Cruz de la Sierra	Cosiplan	Subgrupo do Corredor Ferroviário Bioceânico Paranaguá-Antofagasta (Argentina - Brasil - Chile - Paraguai)
março	Santa Cruz de la Sierra	Cosiplan	Subgrupo do Corredor Ferroviário Bioceânico Central (Bolívia-Brasil-Peru)
17-19 de março	Coquimbo	IIRSA	Workshop Binacional PTI Túnel Binacional Água Negra (Argentina-Chile)
14 de abril	Montevideu	Cosiplan	GT sobre Telecomunicações
15 de abril	Montevideu	IIRSA	GTE sobre Atualização da Carteira de Projetos e da API
16 de abril	Montevideu	IIRSA	26ª Reunião de Coordenadores Nacionais IIRSA

17 de abril	Montevideu	Cosiplan	11ª Reunião do Comitê Coordenador do Cosiplan
7 de maio	Videoconferência	IIRSA	GTE sobre Atualização da Carteira de Projetos e da API - Eixos de Capricórnio e do Sul
14 de maio	Videoconferência	IIRSA	GTE sobre Atualização da Carteira de Projetos e da API - Eixos Amazonas, Andino e Escudo Guianês
21 de maio	Videoconferência	IIRSA	GTE sobre Atualização da Carteira de Projetos e da API - Eixos Mercosul-Chile e Hidrovia Paraguai-Paraná
28 de maio	Videoconferência	IIRSA	GTE sobre Atualização da Carteira de Projetos e da API - Eixos Interoceânico Central e Peru-Brasil-Bolívia
julho	Buenos Aires	Cosiplan / (especialistas)	GT sobre SIG e Site do Cosiplan
4-6 de agosto	San Juan	IIRSA	Workshop Binacional PTI Túnel Binacional Água Negra (Argentina-Chile)
19 de agosto	Montevideu	IIRSA	27ª Reunião de Coordenadores Nacionais IIRSA
20 de agosto	Montevideu	Cosiplan	12ª Reunião do Comitê Coordenador do Cosiplan
9 de setembro	Georgetown	Cosiplan / CEF	Reunião conjunta GT sobre Mecanismos de Financiamento e Garantias do Cosiplan e GT sobre Integração Financeira do Conselho de Economia e Finanças
10 de setembro	Georgetown	IIRSA	GTE sobre Integração Aérea
28 e 29 de setembro	Lima	IIRSA	GTE sobre Integração

			Comercial por Envios Postais
30 de setembro	Lima	IIRSA	GTE sobre Prevenção e Gestão de Riscos e Catástrofes
13 e 14 de outubro	Brasília	IIRSA	Workshop sobre Integração Sul-Americana por meio de Portos e Hidrovias
outubro	Buenos Aires	Cosiplan / (especialistas)	GT sobre SIG e Site do Cosiplan
3 de novembro	Assunção	Cosiplan	GT sobre Telecomunicações
4 de novembro	Assunção	Cosiplan	GT sobre SIG e Site do Cosiplan
5 de novembro	Assunção	Cosiplan	GT sobre Integração Ferroviária
25 de novembro	Caracas	IIRSA	28ª Reunião de Coordenadores Nacionais IIRSA
26 de novembro	Caracas	Cosiplan	13ª Reunião do Comitê Coordenador do Cosiplan
27 de novembro	Caracas	Cosiplan	6ª Reunião Ordinária de Ministros do Cosiplan

Fonte: Plano de Trabalho 2015 IIRSA-Cosiplan.

A contribuição do BID-Intal

Em seu papel de Secretaria do Comitê de Coordenação Técnica do Cosiplan-IIRSA, nos últimos 14 anos o BID-Intal tem participado ativamente como facilitador do diálogo entre os países da América do Sul em matéria de integração física, e renova seu compromisso oferecendo apoio técnico e operacional para as ações prioritizadas pelo conjunto dos países em seu Plano de Trabalho 2015.

[1] Véase Artículo 1 del [Estatuto del COSIPLAN](#). El Estatuto y el Reglamento del Consejo fueron aprobados por los Ministros en la Primera Reunión Ordinaria del COSIPLAN (Buenos Aires, diciembre de 2009) y ratificados posteriormente por la Cuarta Reunión del Consejo de Jefas y Jefes de Estado de UNASUR (Georgetown, noviembre de 2010).

[2] Véase Artículo 5 y 6 del Estatuto del COSIPLAN.

[3] Véase [Plan de Trabajo para la Formulación del Programa Territorial de Integración \(PTI\) al proyecto Túnel Binacional de Agua Negra \(Argentina-Chile\)](#) (Noviembre 2014).

[4] El [Manual del Usuario](#) de la “Metodología de Incorporación de GRD a Proyectos de Infraestructura de Integración” fue aprobado por los Ministros durante la V Reunión Ordinaria del COSIPLAN.

[5] Véase [Programa de Capacitación en Formulación y Gestión de Políticas sobre Transporte de Carga y Logística](#) (Noviembre 2011).

[6] Véase [Indicadores de Resultados del Programa Exportación por Envíos Postales de COSIPLAN-IIRSA](#) (Diciembre 2014).

Protocolos complementares ao Tratado de Maipú Argentina-Chile

No dia 23 de dezembro os ministros das Relações Exteriores da Argentina e do Chile assinaram em Santiago dois protocolos complementares ao Tratado de Maipú, para o avanço de obras de infraestrutura de conectividade binacional. De acordo com o [comunicado](#), trata-se do “Segundo Protocolo Complementar da Entidade Binacional do Túnel de Água Negra (Ebitan)” e do “Segundo Protocolo Complementar da Entidade Binacional do Túnel de Baixa Altura Ferrovia Transandina (Ebifetra, sigla em espanhol)”, que conferem personalidade jurídica às duas entidades binacionais e que permitirão abrir a licitação pública internacional para as empresas interessadas em ambas as obras.

Além disso, no dia 6 de janeiro, o chanceler do Chile e o embaixador da Argentina no Chile [assinaram](#) o Protocolo Complementar ao Tratado de Maipú de Integração e Cooperação, que cria a Entidade Binacional para o Projeto “Túnel Internacional Paso Las Leñas” (Ebileñas), com o objetivo de realizar os estudos técnicos para esta obra de infraestrutura viária.

Cabe destacar que os três projetos fazem parte da [Carteira de Projetos](#) do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) da Unasul, e que o Túnel Binacional de Água Negra especificamente consta da [Agenda de Projetos Prioritários de Integração](#) (API) do Cosiplan.

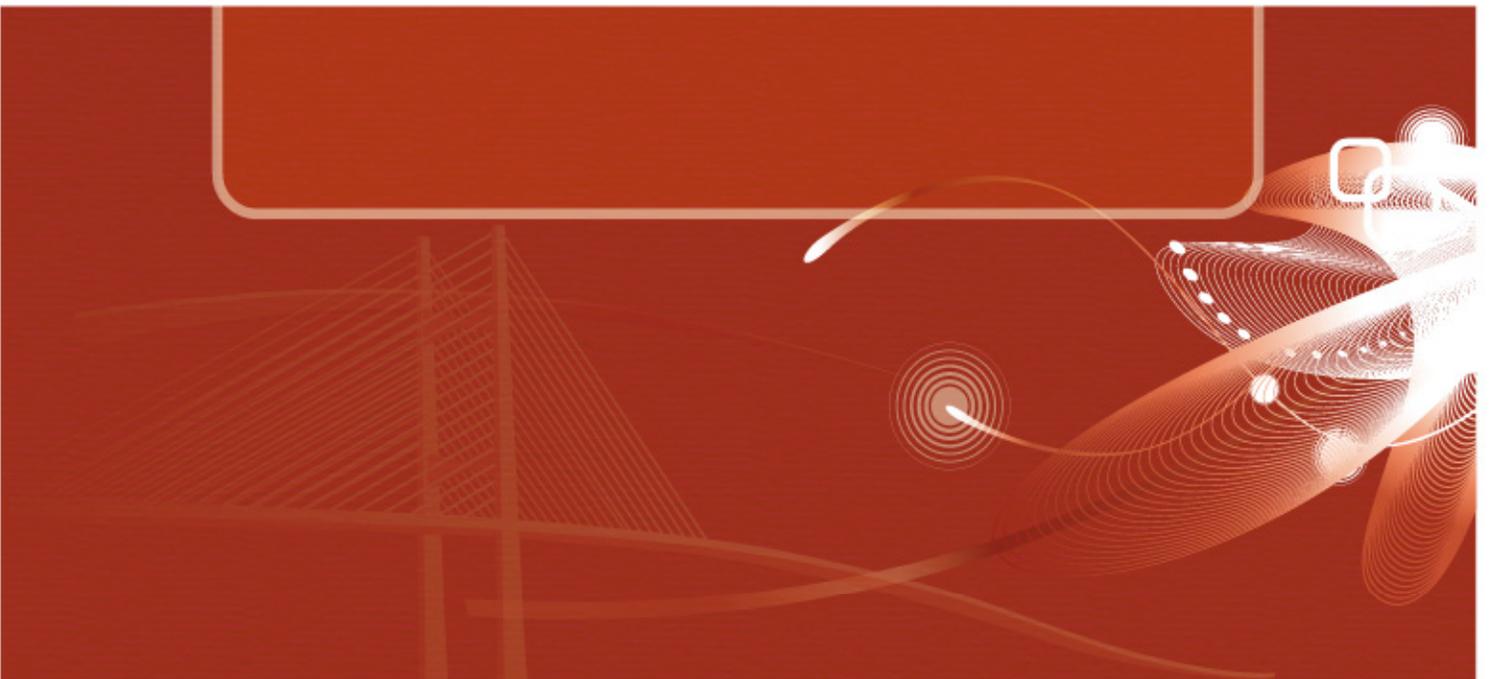
Textos sobre o assunto:

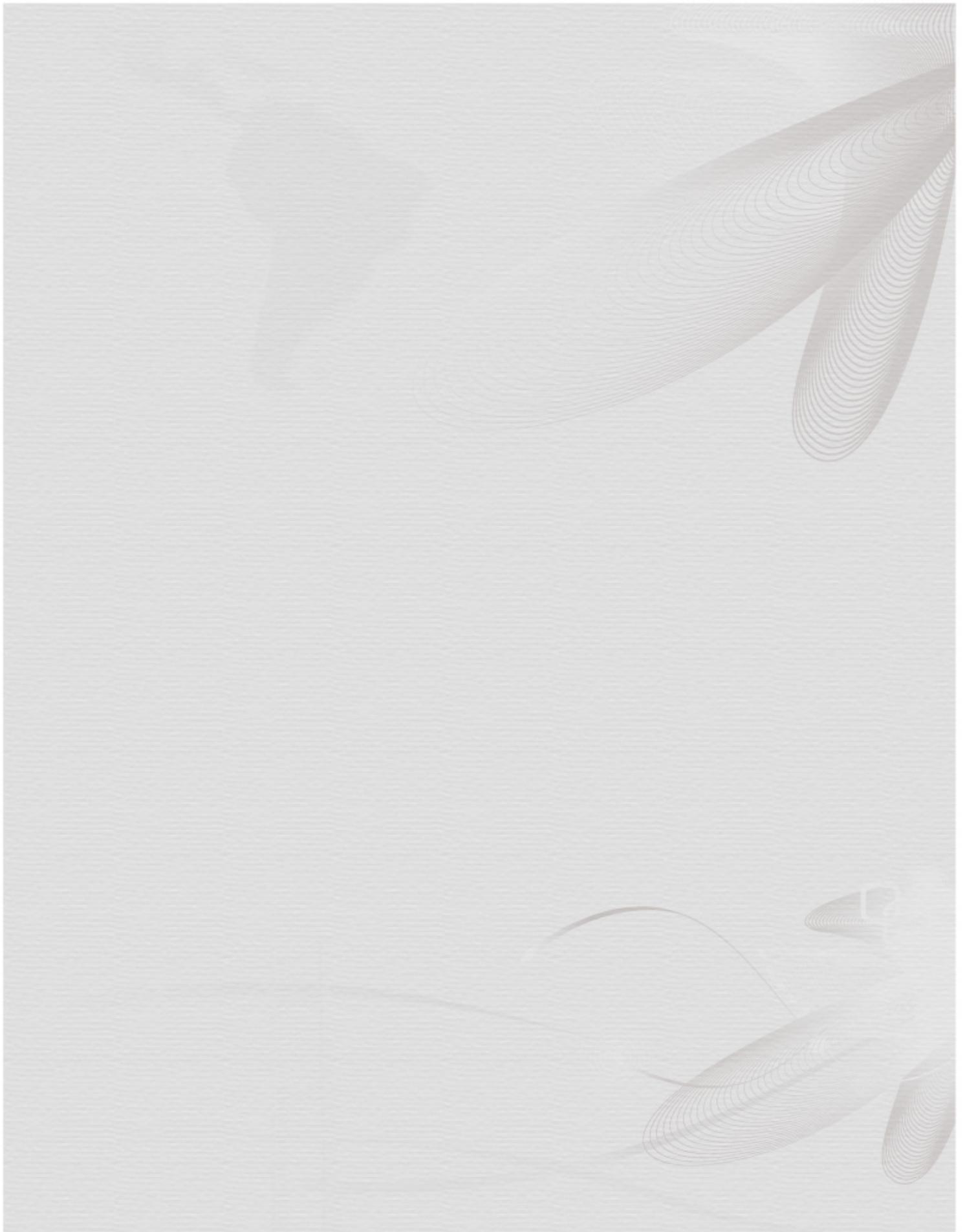
- BID-INTAL. “[O Tratado de Maipú entre o Chile e a Argentina](#)”; em: *Carta Mensal INTAL Nº 159*, outubro de 2009.
- BID-INTAL. “[Argentina e Chile relançam Tratado de Maipú](#)”; em: *Carta Mensal INTAL Nº 213*, maio de 2014.





Panorana Regional e Global





Primeira Reunião Ministerial do Fórum Celac–China

Nos dias 8 e 9 de janeiro foi realizada em Beijing a Primeira Reunião Ministerial do Fórum da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac)–China. Participaram do encontro os Ministros das Relações Exteriores e Representantes da China e Estados-membros da Celac, assim como de organizações internacionais, entre as quais o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A reunião contou com o lema “Nova Plataforma, Novo Ponto de Partida e Novas Oportunidades - Esforços Conjuntos para promover a Associação de Cooperação Integral China-América Latina e Caribe”. O Fórum, estabelecido no âmbito da 2ª Cúpula de Chefes de Estado da Celac em janeiro de 2014, tem como objetivo fomentar a cooperação entre a Celac e a China nos âmbitos diplomáticos, políticos, econômicos, científico-tecnológicos, comerciais, financeiros, culturais e ambientais, entre outros.

A importância deste Fórum reside no fato de a China ser a segunda economia global e o maior exportador de bens do mundo, com crescentes vínculos econômicos e comerciais com os países da região. O intercâmbio total[1] dos países da Celac com o gigante asiático atingiu US\$ 250 bilhões em 2013, representando 12% do total do comércio. Além disso, a China é o principal sócio do Brasil e do Chile, e ocupa o segundo lugar para Antígua e Barbuda, Argentina, Colômbia, Costa Rica, Equador, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Uruguai e Venezuela. Para os demais países, está entre os dez primeiros sócios: Barbados, Belize, Bolívia, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Jamaica, Nicarágua, São Cristóvão e Neves, São Vicente e as Granadinas, e Santa Lúcia.[2] Além disso, a China é o terceiro investidor na América Latina e no Caribe (depois dos Estados Unidos e dos Países Baixos), orientado principalmente para a exploração de recursos naturais. [3]

No evento, os Ministros das Relações Exteriores assinaram o Plano de Cooperação China–Estados Latino-Americanos e Caribenhos 2015-2019. O Plano foi apresentado como um esquema conhecido como “1+3+6”. O 1 se refere ao fato de se tratar de um único plano para toda a região. O 3 corresponde aos três motores da cooperação regional: comércio, investimentos e cooperação financeira. Nesses âmbitos, a China propõe elevar em 10 anos o comércio com a região para US\$ 500 bilhões, e o acervo de IED na região para US\$ 250 bilhões, assim como promover esquemas de pagamento em moeda local no comércio. Por último, o 6 se refere às seis áreas específicas que a China quer priorizar: energia e recursos naturais, desenvolvimento de infraestrutura, agricultura, indústria, inovação científica e tecnológica, e tecnologias da informação. Além disso, por meio da [Declaração de Beijing](#), os representantes dos respectivos Estados acordaram enviar esforços para aumentar os intercâmbios *people-to-people* por meio de uma maior interação entre órgãos legislativos, governos estatais e locais, assim como de jovens e outros atores da sociedade para promover o conhecimento mútuo e aumentar o intercâmbio e a cooperação em áreas como a educação, a formação de recursos humanos, centros de pensamento (*think-tanks*), imprensa, cultura, esporte, ciência e tecnologia, agricultura, turismo, energia, recursos naturais e infraestrutura. Também foram adotadas disposições institucionais e regras de funcionamento do Fórum e se decidiu outorgar tratamento especial aos países do Caribe.



Finalmente, acordou-se realizar a Segunda Reunião Ministerial do Fórum Celac –China no Chile em janeiro do 2018. Nos dias 28 e 29 de janeiro de 2015 será realizada a 3ª Cúpula da Celac em São José, Costa Rica.

[1] Considerando exportações mais importações.

[2] Ranking realizado com base em dados do DataIntal. Não há dados para Bahamas, Haiti, Dominica, Cuba e Trinidad e Tobago..

[3] Segundo a CEPAL, “Primeiro Fórum da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e China. Explorando espaços de cooperação em comércio e investimento”. Santiago do Chile, janeiro de 2015.

UE publica rascunho do TTIP

A Comissão Europeia (CE) revelou as suas propostas para o texto jurídico do Acordo de Associação Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, sigla em inglês) que está sendo negociado com os Estados Unidos. Como foi informado na [Carta Mensal Nº 219](#), o conteúdo das discussões foi mantido em sigilo até outubro de 2014, quando a CE decidiu [tornar pública a política da União Europeia](#) (UE) para estas negociações.

De acordo com o [material](#) divulgado em janeiro, o TTIP teria 24 capítulos sobre três grandes eixos: acesso a mercados, cooperação regulatória e regras. Os oito documentos publicados incluem as propostas de textos jurídicos dos dois últimos eixos, que abrangem assuntos como concorrência, segurança alimentar e sanidade animal e vegetal, questões alfandegárias, barreiras técnicas para o comércio, pequenas e médias empresas e disputas entre Estados. Além disso, a CE divulgou a posição europeia sobre engenharia, veículos e desenvolvimento sustentável. Estes textos se somam aos publicados anteriormente sobre a posição da UE a respeito das negociações de serviços financeiros, contratação pública, coerência regulatória, produtos químicos, cosméticos e farmacêuticos, têxteis, energia e matérias-primas.

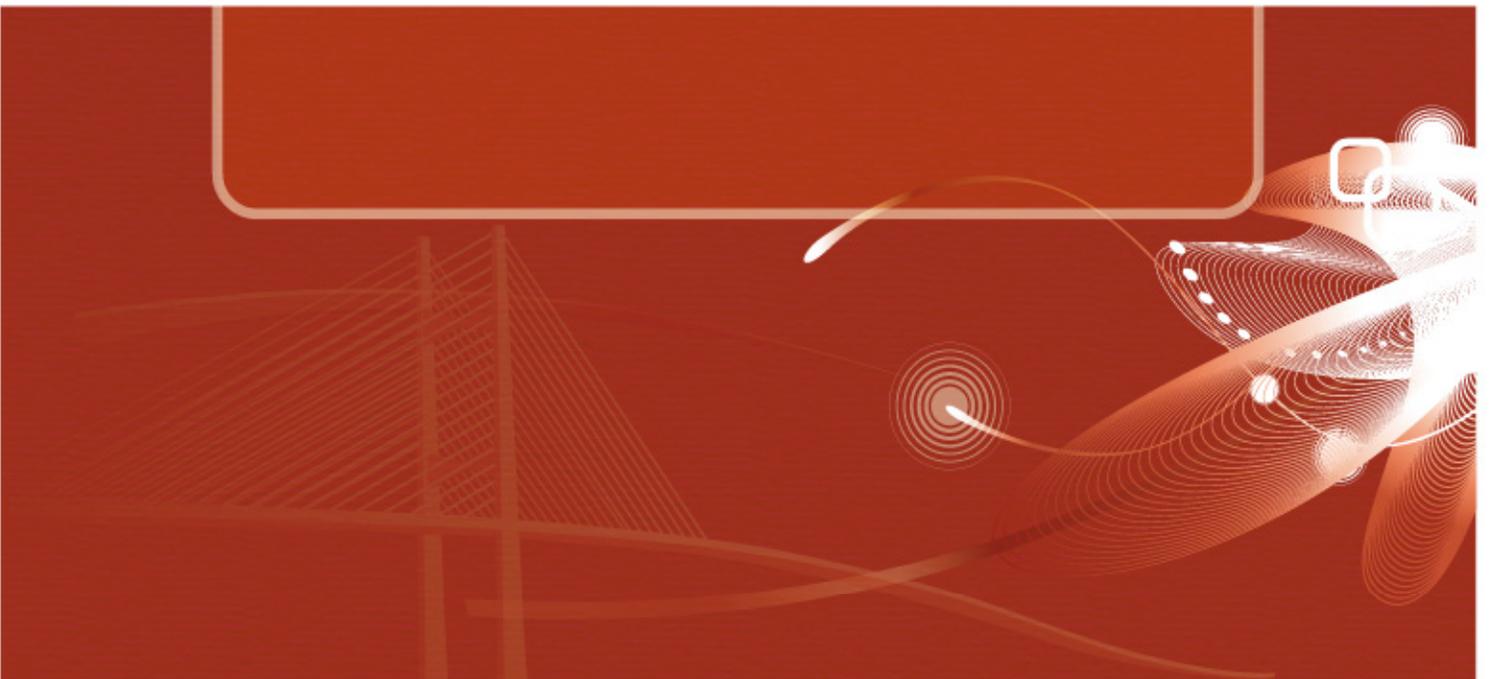
Textos sobre o assunto:

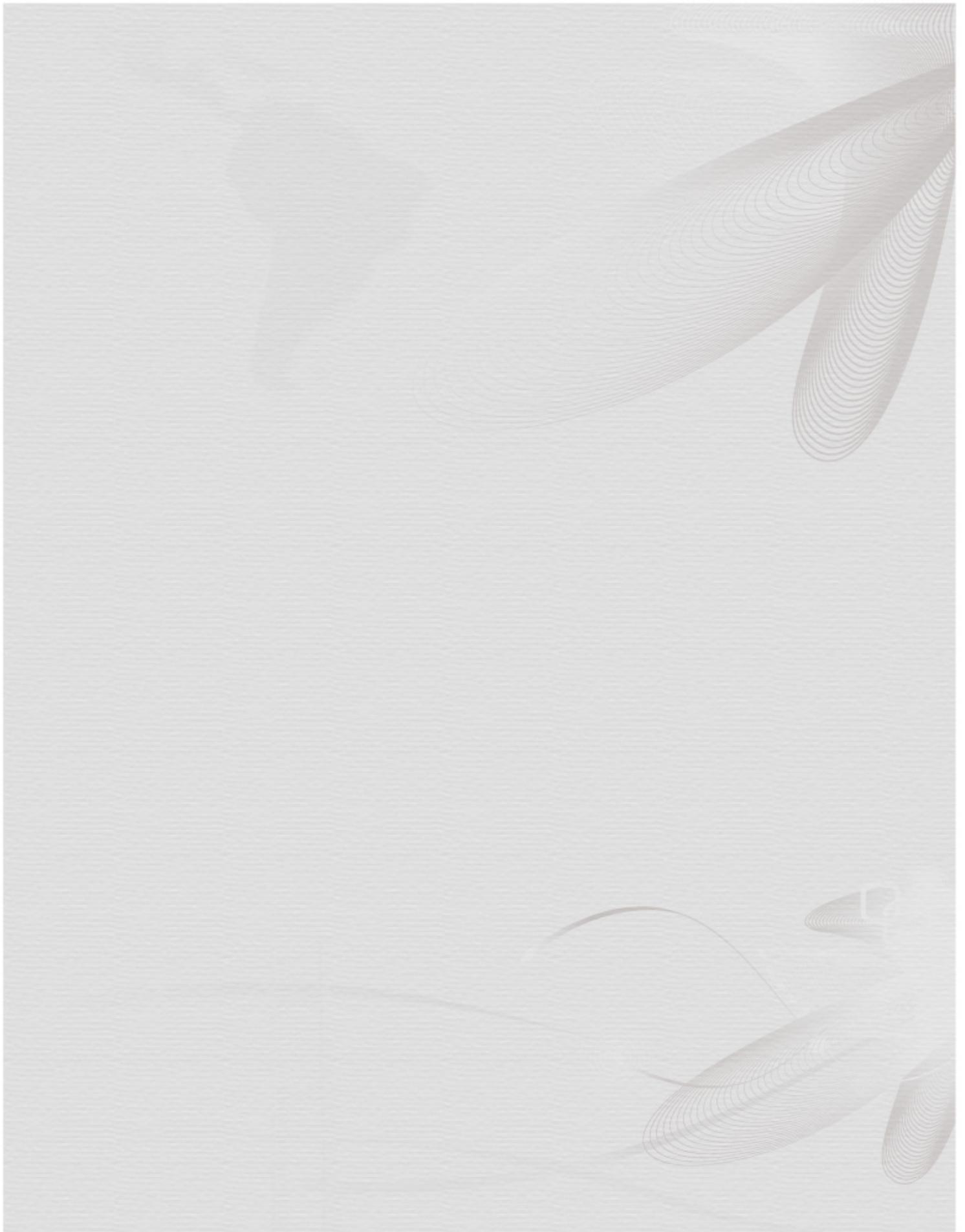
- BID-INTAL. [“Como as negociações de mega-acordos influirão na América Latina?”](#), em: *Carta Mensal INTAL Nº 204*, agosto de 2013.
- BID-INTAL. [“Segunda Rodada do Acordo Transatlântico sobre Comércio e Investimento”](#), em: *Carta Mensal INTAL Nº 208*, dezembro de 2013.
- BID-INTAL. [“As negociações transatlânticas e o cenário futuro para a América Latina e o Caribe”](#), em: *Carta Mensal INTAL Nº 209*, janeiro de 2014.
- BID-INTAL. [“Estados Unidos-União Europeia: quarta rodada de negociações”](#), em: *Carta Mensal INTAL Nº 211*, março de 2014.
- BID-INTAL. [“Quinta rodada de negociações Estados Unidos-União Europeia”](#), em: *Carta Mensal INTAL Nº 214*, junho de 2014.
- BID-INTAL. [“Avanços nas negociações transatlânticas”](#), em: *Carta Mensal INTAL Nº 219*, novembro de 2014.





Avaliação de impacto





Avaliação de impacto de políticas de apoio a clusters no Brasil e Argentina

O objetivo deste texto é comentar dois trabalhos sobre avaliação de impacto de políticas de apoio a *clusters* no Brasil e na Argentina. Uma visão geral sobre avaliação de impacto está disponível no artigo publicado na [Carta Mensal INTAL Nº 216](#), que explica o objetivo e as metodologias utilizadas.

A justificativa econômica da promoção de *clusters* se deve à presença de economias de aglomeração, ou seja, redes e conexões derivadas da proximidade das empresas e dos trabalhadores em uma área geográfica, que podem promover as atividades de inovação e aprendizado, reduzir os custos de transação e melhorar a competitividade das empresas. O estudo de Figal Garone *et al.* (2014) avalia o impacto do programa de apoio a *clusters* industriais nos estados de Minas Gerais e São Paulo, a fim de facilitar a interação entre as empresas por meio de vários instrumentos, entre eles atividades de promoção de exportações, capacitação e transferência de tecnologia, utilizando dados de pequenas e médias empresas de diversos setores (calçados, têxtil, móveis, materiais de construção e eletrônica) no período 2002-2009. A pesquisa estima tanto os efeitos diretos (empresas beneficiárias) como indiretos (empresas que não participam do programa, mas recebem seus efeitos positivos pela proximidade geográfica). As empresas que atuam como grupo de controle não participam nem recebem efeitos do programa e estão fora dos estados onde ele foi implementado. Como a participação no programa não é aleatória, é preciso abordar o universo da seleção. Os autores utilizam um modelo de efeitos fixos. O exercício encontra, por um lado, um impacto positivo e dinâmico sobre o número de funcionários formais, o valor das exportações e a probabilidade de exportar das empresas participantes, e, por outro, um efeito indireto positivo sobre as exportações de empresas não participantes, mas com vínculos com as primeiras.

O trabalho de Boneu *et al.* (2014) avalia o impacto indireto do Programa de Desenvolvimento de Cadeias Produtivas da Província de Córdoba, Argentina, financiado pelo Fundo Multilateral de Investimentos (Fomin) do BID, executado entre 2003 e 2007. O programa visou melhorar a competitividade das empresas de tecnologias da informação e da comunicação (TIC) nessa província argentina, por meio da promoção de vínculos entre elas, do acesso a tecnologias e a mercados.

A pesquisa identifica os beneficiários diretos (empresas participantes), mas se concentra nos efeitos indiretos (empresas não participantes, mas com algum vínculo com as empresas participantes devido à proximidade geográfica). As empresas identificadas como grupo de controle, com características observáveis similares às participantes, não participaram do programa nem receberam seus efeitos por estarem fora da província de Córdoba. O estudo monta um painel de empresas no período 2003-2011 e faz uma estimativa por meio do Método Generalizado de Momentos (GMM, sigla em inglês). O exercício conclui que o impacto indireto foi positivo e significativo, aumentando as vendas das empresas não beneficiárias, com um efeito crescente no tempo.



A principal contribuição de ambos os estudos é a evidência de externalidades positivas dos programas de apoio aos *clusters* no Brasil e na Argentina. Neste sentido, permitem avaliar os benefícios destes programas de uma perspectiva mais ampla, medindo os efeitos sobre empresas não beneficiárias. A principal limitação é a disponibilidade de dados das empresas, o que permitiria medir o impacto em outras variáveis de interesse, como as exportações, no caso do programa na Argentina.

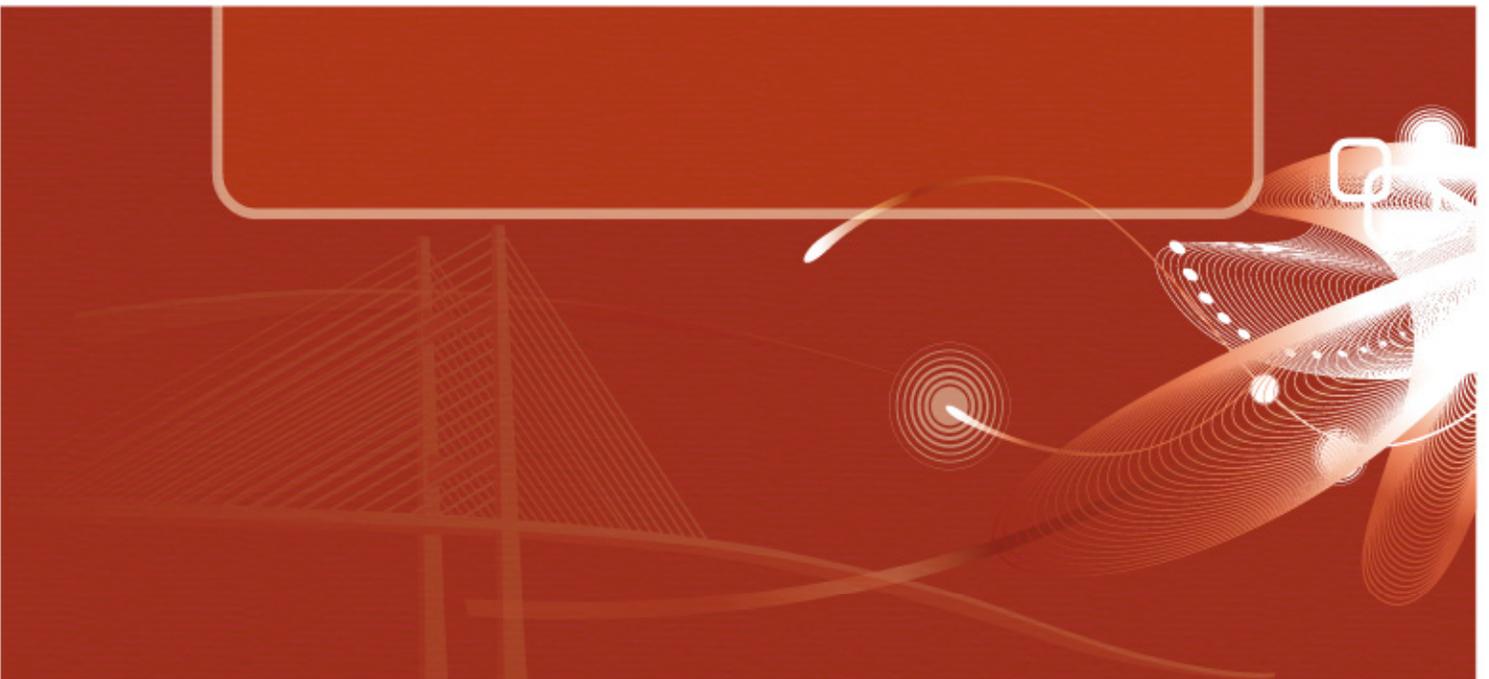
Bibliografia:

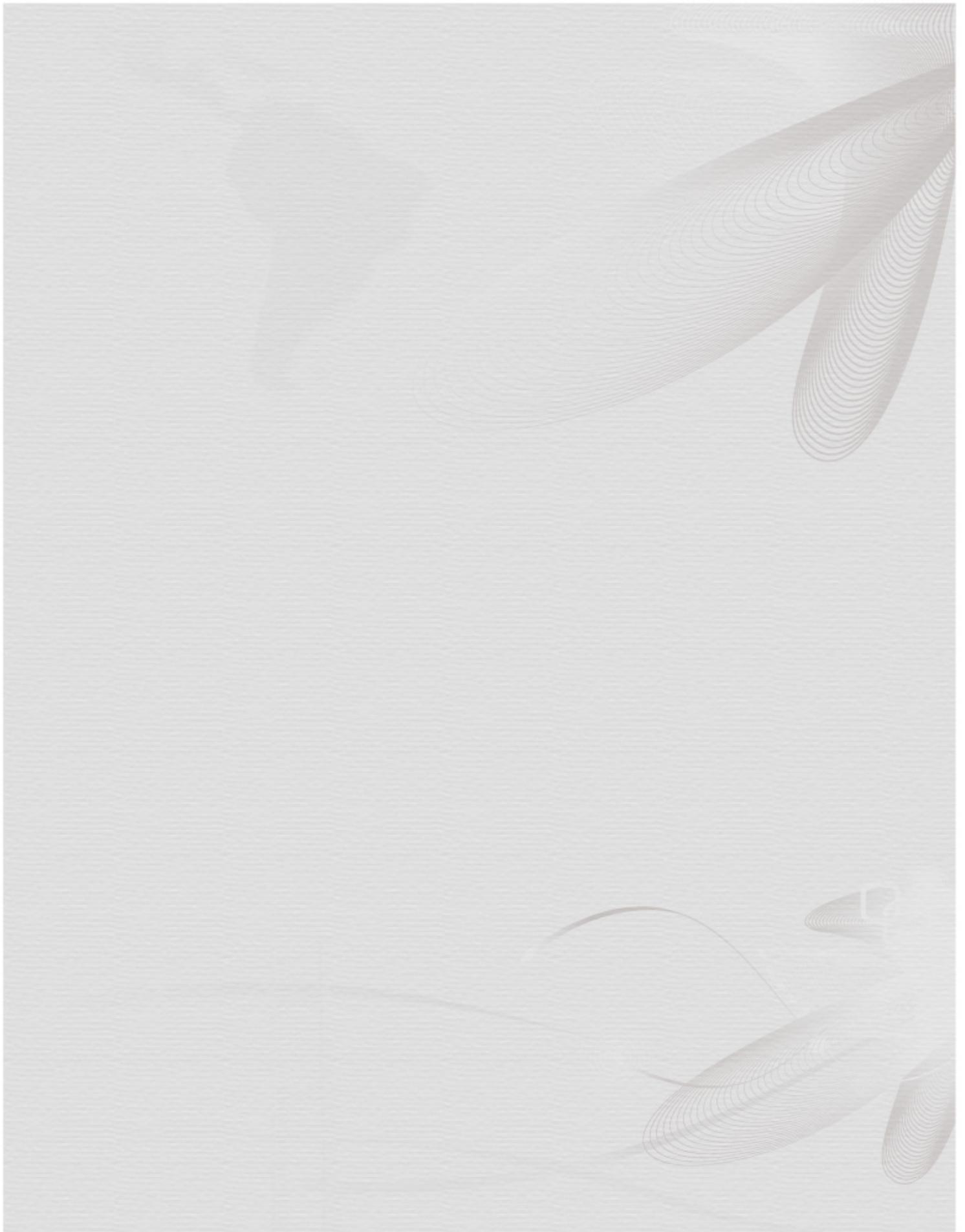
FIGAL GARONE, L.; MAFFIOLI, A.; RODRIGUEZ, C. M.; VÁZQUEZ BARÉ, G.; DE NEGRI, J. A. “[Cluster development policy, SME’s performance, and spillovers: evidence from Brazil](#)”. *Small Business Economics*. Dec. 2014.

BONEU, F.; GIULIODORI, D.; MAFFIOLI, A.; ROJO, S.; STUCCHI, R. “[The spillover effects of the ICT cluster support in Cordoba](#)”. *MPRA Paper N° 60307*. Dec. 2014.



Outras Atividades do BID







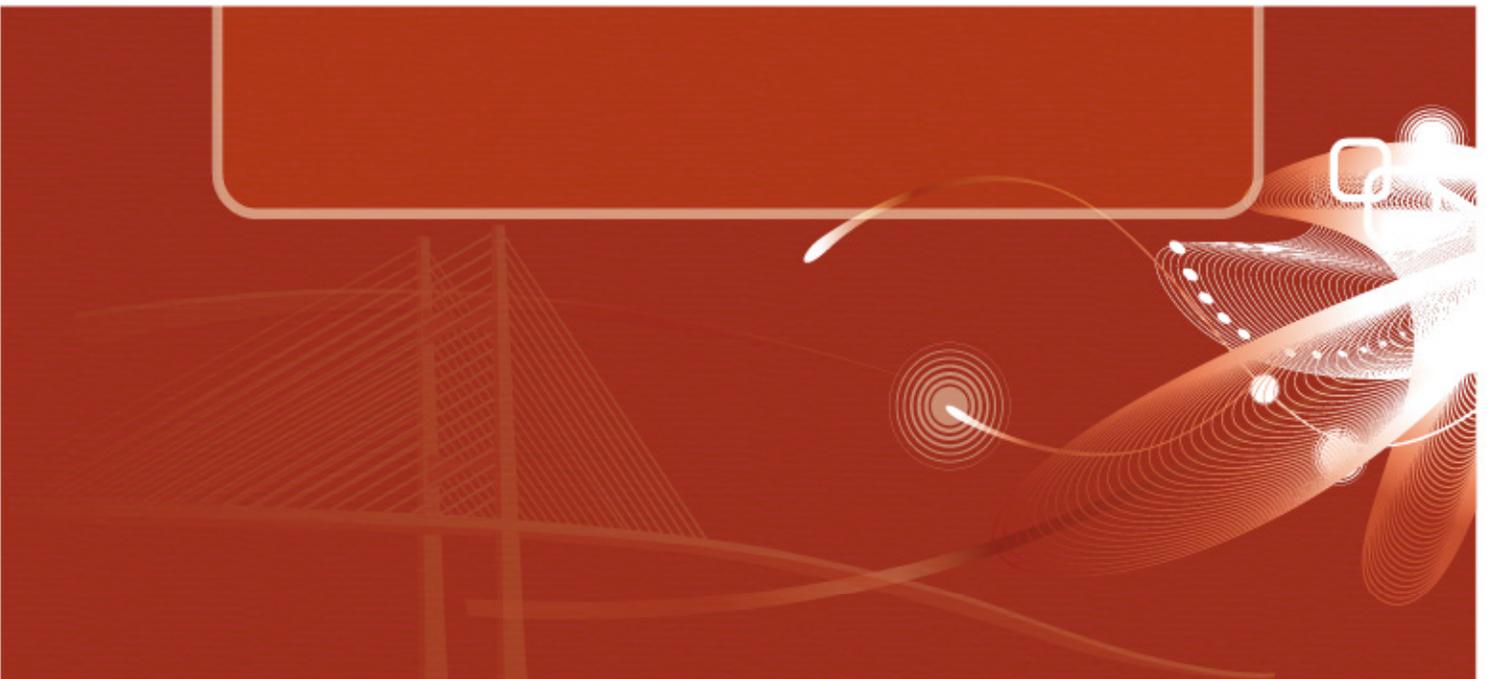
Crescimento da América Latina e do Caribe deve ter ligeiro aumento em 2015

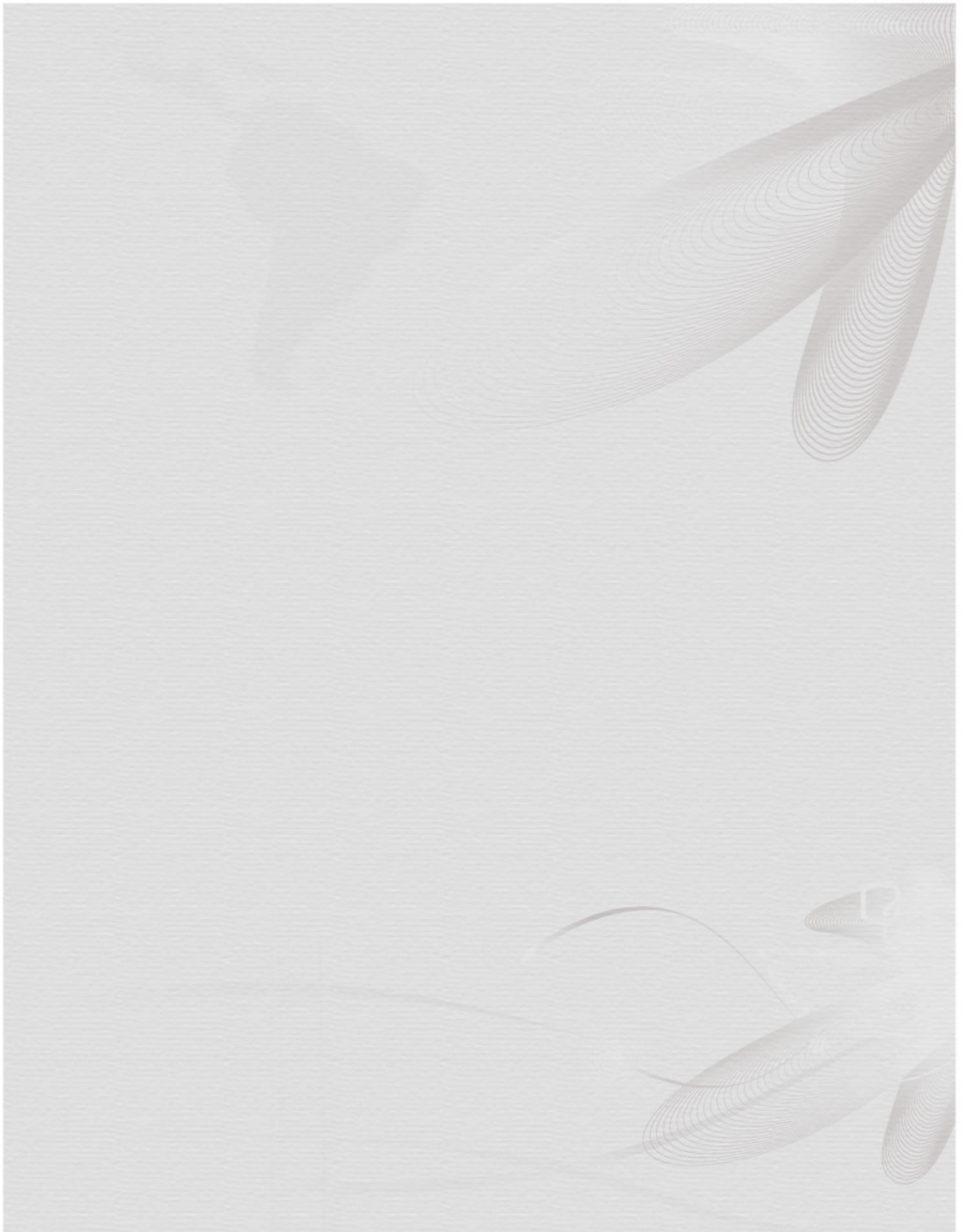
O crescimento econômico da América Latina e do Caribe deve apresentar uma modesta recuperação para 2,2% em 2015, em comparação com 1,3% em 2014, a taxa mais baixa desde a crise financeira global. Apesar da desaceleração, a região conseguiu manter seus ganhos em relação à redução da pobreza, disse o Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Luis Alberto Moreno. ([Link](#))





Centro de Documentação INTAL







Resenhas Bibliográficas

DUSSEL PETERS, Enrique (Coord). *La inversión extranjera directa de China en América Latina: 10 estudios de caso*. México: Unión de Universidades de América Latina y el Caribe, 2014 [352 p.]

O investimento estrangeiro direto (IED) da China na América Latina (AL) é um tema certamente menos estudado do que os fluxos de comércio internacional entre o gigante asiático e a região. Quando passou por análise, foi em geral de uma perspectiva macroeconômica. Partindo deste ponto, Dussel Peters se propõe a aprofundar o conhecimento a partir de um enfoque microeconômico, examinando suas motivações e possíveis impactos. Com este objetivo, o livro apresenta dez empresas chinesas selecionadas com atividades na Argentina, Brasil, México, Peru e Uruguai, reunidas em cinco capítulos elaborados por diferentes autores.

A pesquisa destaca que o crescimento do IED chinês em nível global se explica pela estratégia “*Going Global*” iniciada pelo governo desse país no final da década de 1990, com objetivos macroeconômicos e de desenvolvimento produtivo, priorizando a adoção de novas tecnologias e a obtenção de matérias-primas e recursos energéticos. Entre as principais características do IED originado na China, destaca-se que em geral as empresas são propriedade do setor público (governo central, províncias, cidades e municípios), e que se concentram fundamentalmente nos setores de mineração e energia, sendo investimentos de índole estratégica para assegurar o provisionamento de recursos a longo prazo (*resource seeking*). Os investimentos de empresas em outros setores, como comunicações e automotivo, são em busca de mercados (*market seeking*). O autor convida a explorar sobretudo os múltiplos desafios dos investimentos da China na região. Entre as dificuldades encontradas, destacam-se as enormes diferenças do registro do IED entre as entidades nacionais de países latino-americanos e da China. Estas diferenças em parte se explicam porque o país asiático registra este IED com destino a Hong Kong, Macau, Taiwan e diversos paraísos fiscais ou centros financeiros *offshore*, a partir de onde depois se realizam os investimentos.



O **primeiro capítulo** se concentra em três empresas: *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC) e *China Petroleum and Chemical Corporation* (SINOPEC) (petróleo), e *Huawei* (comunicações) com operações na Argentina. As duas empresas petrolíferas compraram ativos já existentes, e não trouxeram mudanças significativas do ponto de vista produtivo, mantendo as mesmas atividades que vinham realizando antes da sua aquisição. No caso da Huawei, trata-se da maior empresa global de infraestrutura de redes, serviços e equipamentos de telecomunicações. Suas atividades na Argentina se concentram principalmente em importações de *kits* e de insumos para montagem de celulares na província da Terra do Fogo, em associação com a empresa local BGH, para o abastecimento do mercado interno.

O **segundo capítulo** enfoca as atividades da *State Grid Corporation of China* (distribuição de energia) e *Lenovo* (eletrônica) no Brasil, sendo ambos os investimentos do tipo *market seeking*. O negócio da primeira empresa, que é estatal, é a construção e operação de redes de energia. Seu foco está em projetos como centrais hidrelétricas, energias renováveis e transmissão de energia, com base sobretudo em equipamentos e produtos do setor elétrico importados da China. Cabe assinalar neste sentido que o setor público brasileiro procurou proteger os produtores locais, concentrando-se nas exigências de conteúdo local para compras de equipamento das concessionárias de energia elétrica.

A segunda empresa é o maior fabricante de computadores pessoais na China, com uma estratégia de concorrência por preço e expansão em nível global. No Brasil, opera na zona franca de Manaus e fabrica computadores, *tablets*, telefones celulares e *smartphones*. Os autores destacam que os desafios para as políticas públicas se relacionam com promover a redução da dependência de insumos importados, enquanto parece difícil que o país se torne plataforma de exportações do setor eletrônico para a região.

O **terceiro capítulo** descreve as atividades da *China Fishery Group* (setor pesqueiro) e Chinalco (mineração) no Peru, sendo ambos os investimentos do tipo *resource seeking*. A primeira empresa captura e processa pescado para a produção de óleos e farinhas, destinados ao consumo humano e animal, principalmente destinados à exportação. O principal desafio para o Estado peruano é seu papel como regulador para a preservação dos recursos pesqueiros. A segunda empresa é de origem estatal e produz alumínio; no Peru está focada na exploração de minas para a exportação de ferro, zinco e cobre. As políticas públicas no Peru buscaram garantir o cumprimento de direitos sociais e trabalhistas e de normas ambientais.

O **quarto capítulo** examina as atividades de duas empresas automotivas chinesas, *Chery* e *Lifan*, no Uruguai. Como é um mercado pequeno, as políticas do setor automotivo no Uruguai se orientaram para favorecer as exportações para o mercado regional, principalmente o Brasil e a Argentina. O setor se encontra excluído da liberalização comercial do Mercosul, e assim é regido por acordos bilaterais entre os sócios do bloco. O Uruguai tem um regime de importação favorável de veículos e autopeças que consiste em um reembolso tributário de 10% do valor *Free On Board* (FOB), o que confere rentabilidade à exportação para os países vizinhos, que contam com uma indústria protegida com tarifa de 35% para as importações provenientes de sócios de fora do bloco. *Chery* monta dois modelos de veículos no Uruguai desde 2010, utilizando para isso instalações de uma planta preexistente. Os insumos são importados da China, e em menor grau da Argentina, e os carros são exportados para a Argentina e o Brasil. A *Lifan*, por sua vez, é uma empresa privada chinesa que comprou as instalações de uma planta uruguaia no departamento de San José, na área metropolitana de Montevideu e, assim como a *Chery*, exporta dois modelos desde 2010 para o Brasil e a Argentina.

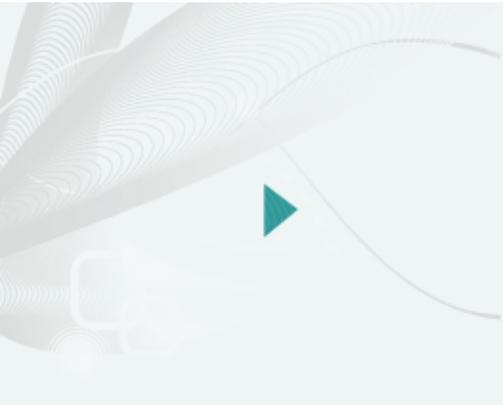


O investimento das duas empresas parece motivado como uma plataforma inicial de entrada na região, embora ambas tenham tido problemas pontuais no acesso aos mercados argentino e brasileiro. Os principais desafios do governo uruguaio são a promoção de fornecedores locais e dos encadeamentos produtivos, sem violar as normas da OMC.

O **quinto capítulo** focaliza os investimentos da *Huawei* (comunicações) e *Giant Motors América Latina* (GML, automotiva) no México. A *Huawei* é o principal fornecedor de equipamentos de telecomunicações móveis e fixos no México, com a característica de os produtos vendidos serem importados. Embora a GML seja uma empresa mexicana, tem uma associação estratégica com a chinesa *First Automotive Work Group Corporation* (FAW Trucks), e produz veículos comerciais leves. O autor destaca o importante processo de aprendizado por parte da *FAW Trucks* com fornecedores, fabricantes e distribuidores mexicanos, como estratégia para exportar e investir no país futuramente. Além disso, assinala o enorme potencial da cadeia de autopeças e automotiva entre México e China.

O livro abrange vários temas de grande relevância para as políticas públicas da AL em suas relações com a China, tais como as condições das negociações dos governos com empresas chinesas para seu estabelecimento, a preservação dos recursos naturais, a necessidade de promover vínculos “para trás” e “para frente” e a geração de empregos nos países da região, entre outros. De uma perspectiva mais geral, o autor convida a região a aprofundar seus conhecimentos sobre a China, de modo a contar com melhores ferramentas para entender e orientar o “encontro” entre ambas. Neste sentido, as relações econômicas com a China apresentam enormes desafios para a região, que devem ser abordados pelas políticas públicas e pelo setor privado. Em síntese, a publicação é valiosa para os funcionários públicos responsáveis por promover e regular o IED na América Latina, como também para atores do setor privado, de modo a conhecer mais sobre as estratégias das empresas chinesas na região.

DUSSEL PETERS, Enrique (Coord.). La inversión extranjera directa de China en América Latina: 10 estudios de caso. ([Link](#)).

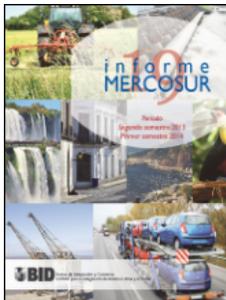


Alerta Bibliográfico

Esta alerta difunde informação sobre os documentos registrados na base de dados do Centro de Documentação do INTAL (CDI), destacando algumas publicações, e proporcionando links a boletins e revistas de acesso aberto que constam no período citado. Clique [aqui](#).

Bibliografias em destaque do mês

* Beliz, G., dir. y Ramos Martínez, A., coord. (2014). Informe MERCOSUR número 19 : Segundo semestre 2013 - Primer semestre 2014 = Informe MERCOSUL No 19 : Segundo Semestre 2013 - Primeiro Semestre 2014. Buenos Aires: INTAL.



Autor: Beliz, Gustavo, dir.; Ramos Martínez, Alejandro, coord.

Título: Informe MERCOSUR número 19 : Segundo semestre 2013 - Primer semestre 2014

Otros responsables: Campos, Rosario; Gayá, Romina; Michalczewsky, Kathia; Rozemberg, Ricardo; Makuc, Adrián; Svarzman, Gustavo; Mesquita Moreira, Mauricio; Instituto para la Integración de América Latina y el Caribe, INTAL

Edición: Buenos Aires: INTAL, noviembre de 2014 [141 p.]

Serie: Subregional Integration Report Series MERCOSUR = Informes Subregionales de Integración MERCOSUR = Série Informes Subregionais de Integração MERCOSUL; 19

Temas: <MACROECONOMIA><ECONOMIA INTERNACIONAL><INTEGRACION REGIONAL><INTEGRACION ECONOMICA><INTEGRACION PRODUCTIVA><NEGOCIACIONES COMERCIALES><RELACIONES COMERCIALES><ACCESO A LOS MERCADOS><ACUERDOS REGIONALES DE COMERCIO><COMERCIO INTERNACIONAL><COMERCIO INTRARREGIONAL><DESARROLLO ECONOMICO><ENERGIA><EXPORTACIONES><IMPORTACIONES><INVERSIONES><POLITICA COMERCIAL><REGIONALISMO><TRANSPORTES EN GENERAL><TRANSPORTE TERRESTRE><INVERSION EXTRANJERA DIRECTA, IED><MERCADO COMUN DEL SUR, MERCOSUR><BRICSALIANZA BOLIVARIANA PARA LAS AMERICAS, ALBA><CARIBBEAN COMMUNITY, CARICOM><UNION EUROPEA, UE><ARCO DEL PACIFICO>
JEL:E; E23; E3; E6; F; F1; F2; F3; F4; F5; F53; H54; O; O1; O11; O13; O2; O3;

054

Geográficos:<AMERICA LATINA><CARIBE>

Resumen: Desde 1996, el Instituto para la Integración de América Latina y el Caribe del BID (BID-INTAL) ha publicado la edición anual del Informe MERCOSUR, con el objeto de documentar los aspectos más importantes del desarrollo económico y comercial de esta entidad regional, haciendo un recuento ordenado de los principales aspectos de su evolución durante el período del estudio. Este Informe N° 19, corresponde al período comprendido entre el segundo semestre de 2013 y el primer semestre de 2014, y al igual que aquéllos que le precedieron, se inscribe dentro de un ámbito más amplio de actividades realizadas por el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) orientadas a analizar y fortalecer los procesos de integración regional y multilateral de América Latina y el Caribe, como el del Mercado Común del Sur (MERCOSUR), creado por el Tratado de Asunción y suscrito en 1991, que presentamos en esta oportunidad.

Nota general: Nota Técnica BID N° 719.

Nota de contenido:

Resumen ejecutivo [p. i]

Capítulo I: Escenario internacional y panorama macroeconómico [p. 1]

A: Escenario internacional [p. 1]

B: Evolución macroeconómica de los países del MERCOSUR [p. 6]

Anexo I [p. i]

Capítulo II: Evolución del comercio y la Inversión Extranjera Directa [p. 19]

A: Evolución del comercio del MERCOSUR [p. 19]

B: Comercio de los países del MERCOSUR [p. 25]

C: Flujos de inversión directa desde y hacia MERCOSUR [p. 36]

Capítulo III: Agenda interna [p. 41]

A: Una visión global [p. 41]

B: Los movimientos en la organización interna del MERCOSUR [p. 43]

C: Desarrollo de la agenda interna [p. 50]

Capítulo IV: Temas de la agenda comercial bilateral y sectorial [p. 71]

A: Una visión global [p. 71]

B: Argentina-Brasil: Acceso a mercados y sector automotriz [p. 72]

C: Argentina-Uruguay: pasteras y acceso a mercados [p. 77]

D: Brasil-Uruguay: Avances en instrumentos de integración [p. 78]

E: Brasil-Paraguay: Comercio, inversiones y cooperación energética [p. 79]

F: Uruguay-Paraguay: puertos y ferrocarriles [p. 80]

Capítulo V: Agenda externa [p. 81]

A: Una visión global [p. 81]

B: La negociación MERCOSUR-Unión Europea [p. 82]

C: La Alianza del Pacífico (AP) y el MERCOSUR [p. 89]

D: La propuesta de creación de una Zona Económica Complementaria (ZEC) entre los países miembros del MERCOSUR, el ALBA, CARICOM y PETROCARIBE [p. 94]

E: Los BRICS y el MERCOSUR [p. 96]

F: El MERCOSUR y la Conferencia Ministerial de la OMC en Bali [p. 99]

G: El MERCOSUR y los Mega Acuerdos Comerciales Regionales [p. 102]

Bibliografía [p. 105]

Accesos al documento:

HM INTAL-ISI.MERCOSUR 19 [2014]

Documento Electrónico

[texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

* Primer Foro de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) y China : Explorando espacios de cooperación en comercio e inversión = First Forum of China and the Community of Latin American and Caribbean States (CELAC) : Exploring opportunities for cooperation on trade and investment. (2015). Santiago de Chile: CEPAL.



Título:Primer Foro de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) y China : Explorando espacios de cooperación en comercio e inversión = First Forum of China and the Community of Latin American and Caribbean States (CELAC) : Exploring opportunities for cooperation on trade and investment

Edición:Santiago de Chile: CEPAL, enero de 2015 [53 p.]

Temas:<ECONOMIA INTERNACIONAL><RELACIONES COMERCIALES><PAISES EN DESARROLLO><COMERCIO INTERNACIONAL><INVERSIONES><DIVERSIFICACION DE LAS EXPORTACIONES><COMUNIDAD DE ESTADOS LATINOAMERICANOS Y CARIBEÑOS, CELAC>

Geográficos:<AMERICA LATINA><CARIBE><CHINA>

Resumen:El presente documento constituye un aporte de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) al primer Foro de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) y China, (Beijing, 8 y 9 de enero de 2015). El documento se compone de tres partes. En la primera parte se sintetizan los principales elementos del contexto económico internacional en que se inserta hoy América Latina y el Caribe. En la segunda, se presenta un breve panorama de las relaciones comerciales y de inversión entre la región y China. Finalmente, en la tercera parte se ofrecen algunas conclusiones y recomendaciones para mejorar la calidad de los vínculos económicos entre ambos socios comerciales.

Nota de contenido:

Prólogo [p. 5]

I: Un escenario internacional desafiante [p. 9]

A: Lenta y dispar recuperación en las economías industrializadas [p. 9]

B: Desaceleración en China y en el conjunto de las economías en desarrollo [p. 13]

C: Brusca desaceleración, en promedio, de América Latina y el Caribe [p.

16]

D: Pérdida de dinamismo del comercio internacional [p. 18]

E: Perspectivas de mediano plazo [p. 20]

F: Implicancias del contexto internacional para América Latina [p. 22]

II: Breve panorama del comercio y la inversión entre América Latina y el Caribe y China [p. 25]

A: Comercio [p. 25]

B: Inversión [p. 36]

C: Impactos probables de las reformas económicas chinas sobre las relaciones comerciales y de inversión con América Latina y el Caribe [p. 39]

III: Conclusiones y recomendaciones [p. 43]

A: Diversificación exportadora y mayor equilibrio de los saldos comerciales [p. 44]

B: Incremento y diversificación de las inversiones chinas en América Latina y el Caribe [p. 46]

C: Mayor inversión regional en China [p. 48]

D: Movilidad de personas [p. 48]

E: Un Centro Regional de Facilitación del Comercio y la Inversión en Beijing [p. 49]

F: Consideraciones finales [p. 51]

Accesos al documento:

339.9 / CEPAL-PRI / 2015

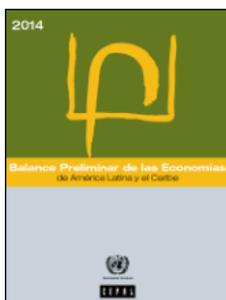
Documento Electrónico

[Versión en español](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

[Versión en chino](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

[English version](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

* Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2014 = Preliminary overview of the economies of Latin America and the Caribbean. (2014). Santiago de Chile: CEPAL.



Título:Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2014 = Preliminary overview of the economies of Latin America and the Caribbean

Otros responsables:Comisión Económica para América Latina y el Caribe, CEPAL

Edición:Santiago de Chile: CEPAL, diciembre de 2014 [22 p.]

Serie:Balance Preliminar de las Economías; 2014

Temas:<ECONOMIAS

REGIONALES><MACROECONOMIA><CRISIS><CRECIMIENTO

ECONOMICO><POLITICA FISCAL><POLITICA

MONETARIA><SALARIOS><MERCADO DE

TRABAJO><EXPORTACIONES><IMPORTACIONES><REMESAS><BALANZA DE

PAGOS><PRODUCTO BRUTO INTERNO, PBI>

Geográficos:<AMERICA LATINA><CARIBE>

Resumen:En 2014, el crecimiento de la economía mundial ha presentado una leve recuperación, en un contexto de desempeño heterogéneo de los países desarrollados y de desaceleración de las economías emergentes. La tasa de crecimiento mundial aumentó al 2,6 por ciento en 2014, en comparación con un 2,4 por ciento registrado en 2013. Los países desarrollados han mostrado una dinámica de crecimiento diferenciada, en la que se destaca el Reino Unido, cuya economía se expandió un 3,1 por ciento en 2014, frente a un 1,7 por ciento en el año anterior. La economía de los Estados Unidos, por su parte, exhibe un crecimiento del 2,1 por ciento, levemente inferior al 2,2 por ciento de 2013, pero ha seguido una trayectoria muy dinámica en el segundo semestre, que permite prever una expansión aún mayor en 2015. En la zona del euro, el crecimiento volvió a ser limitado en 2014 y se observaron marcados contrastes: Alemania y España crecieron un 1,5 y un 1,3 por ciento, respectivamente, en tanto que Francia solo creció un 0,3 por ciento e Italia experimentó una recesión, al contraerse su actividad un 0,4 por ciento. El Japón, aun cuando presentó signos de recuperación durante los primeros meses de 2014, cayó en recesión en los últimos meses del año ...

Nota de contenido:

Capítulo I: El contexto internacional [p. 13]

Capítulo II: La actividad económica [p. 17]

Capítulo III: Los precios internos [p. 23]

Capítulo IV: Empleo y salarios [p. 27]
Capítulo V: El sector externo [p. 33]
Capítulo VI: Las políticas macroeconómicas [p. 41]
 A: La política fiscal [p. 41]
 B: Las políticas monetaria, cambiaria y macroprudencial [p. 46]
Capítulo VII: Perspectivas para 2015 y desafíos [p. 51]
Anexo estadístico [p. 55]

Accesos al documento:

HM CEPAL-BAL.PRE.ECO 2014 [2014]

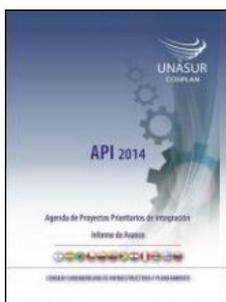
Documento Electrónico

[Informe completo](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

[Documento informativo - Español](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

[Briefing paper - English](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

*** Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana, IIRSA. (2014). API : Agenda de Proyectos Prioritarios de Integración : Informe de avance 2014. Montevideo: IIRSA.**



Autor inst.: Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana, IIRSA

Título: API : Agenda de Proyectos Prioritarios de Integración : Informe de avance 2014

Edición: Montevideo: IIRSA, diciembre de 2014 [294 p.]

Temas: <INICIATIVA PARA LA INTEGRACION DE LA INFRAESTRUCTURA REGIONAL SURAMERICANAS, IIRSA><UNION DE NACIONES SURAMERICANAS, UNASUR><PROYECTOS DE INTEGRACION><INFRAESTRUCTURA><INTEGRACION FISICA>

Resumen: Este cuarto Informe de la Agenda de Proyectos Prioritarios de Integración (API), previsto en el Plan de Trabajo COSIPLANIIRSA 2014, se encuentra destinado a la consideración del Consejo de Infraestructura y Planeamiento (COSIPLAN) de la UNASUR y a la ciudadanía. El Informe reseña los resultados del trabajo realizado por los países en la implementación de los proyectos estructurados, y presenta un balance general y la evolución de la API.

Nota de contenido:

A: La Agenda de Proyectos Prioritarios de Integración en el proceso de integración física de América del Sur [p. 13]

1: Antecedentes y enfoque estratégico [p. 13]

2: Características principales y mecanismo de seguimiento [p. 14]

3: La API en 2014: actualización y mejora en la calidad de la información [p. 16]

B: El avance de los Proyectos de la API durante 2014 [p. 19]

1: Número de proyectos y monto de inversión estimada [p. 19]

2: Avance de los proyectos [p. 24]

3: Composición sectorial, sub-sectorial y tipo de obra [p. 31]

4: Tipo de financiamiento [p. 34]

5: Alcance territorial de los proyectos [p. 37]

6: Características técnicas [p. 38]

C: Eje del Amazonas [p. 41]

D: Eje Andino [p. 67]

E: Eje de Capricornio [p. 101]

F: Eje del Escudo Guayanés [p. 159]



G: Eje de la Hidrovía Paraguay-Paraná [p. 179]
H: Eje Interoceánico Central [p. 205]
I: Eje MERCOSUR-Chile [p. 229]
J: Eje Perú-Brasil-Bolivia [p. 267]

Accesos al documento:
624.1 / IIRSA-API / 2014
Documento Electrónico

[texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

* Cartera de Proyectos del COSIPLAN 2014. (2014). Buenos Aires: IIRSA.



Título: Cartera de Proyectos del COSIPLAN 2014

Edición: Buenos Aires: IIRSA, diciembre de 2014 [270 p.]

Temas: <INTEGRACION FISICA><CONSEJO SURAMERICANO DE INFRAESTRUCTURA Y PLANEAMIENTO, COSIPLAN><INICIATIVA PARA LA INTEGRACION DE LA INFRAESTRUCTURA REGIONAL SURAMERICANA, IIRSA><PROYECTOS DE INFRAESTRUCTURA>

Geográficos: <AMERICA DEL SUR>

Resumen: Este Cuarto Informe de la Cartera de Proyectos del COSIPLAN, previsto en el Plan de Trabajo COSIPLAN-IIRSA 2014, se encuentra destinado a la consideración del Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeamiento (COSIPLAN) de la UNASUR y a la ciudadanía, y persigue un doble objetivo. Por un lado, reseña los resultados del trabajo realizado por los países durante el presente año en materia de planificación territorial. Por otro lado, presenta un balance general de la Cartera, incluyendo un detalle de la evolución de los proyectos.

Accesos al documento:

332.135 / COS-CAR / 2014

Documento Electrónico

[texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

* Cord, L.; Barriga Cabanillas, O.; Lucchetti, L.; Rodríguez-Castelán, C.; Sousa, L. y Valderrama, D. (2014). Inequality stagnation in Latin America in the aftermath of the global financial crisis. Washington: World Bank.



Autor:Cord, Louise; Barriga Cabanillas, Oscar; Lucchetti, Leonardo; Rodríguez-Castelán, Carlos; Sousa, Liliana D.; Valderrama, Daniel
Título:Inequality stagnation in Latin America in the aftermath of the global financial crisis
Edición:Washington: World Bank, december 2014 [40 p.]
Serie:Policy Research Working Papers; 7146
Temas:<CRISIS><MERCADO DE TRABAJO><COYUNTURA ECONOMICA><DISTRIBUCION DEL INGRESO>
JEL:D63; I38; J2; O54

Resumen:Over the past decade (2003-12), Latin America has experienced strong income growth and a notable reduction in income inequality, with the region's Gini coefficient falling from 55.6 to 51.8. Previous studies have warned about the sustainability of such a decline, and this paper presents evidence of stagnation in the pace of reduction of income inequality in Latin America since 2010. This phenomenon of stagnation is robust to different measures of inequality and is largely attributable to the impact of the Global Financial Crisis on Mexico and Central America, where inequality rose after 2010 as labor income recovered. Moreover, this paper finds evidence that much of the continuation of inequality reduction after the crisis at the country level has been due to negative or zero income growth for households in the top of the income distribution, and lower growth of the incomes of the poorest households. The crisis also highlighted weaknesses in the region's labor markets and the heavy reliance on public transfers to redistribute, underscoring the vulnerability of the region's recent social gains to global economic conditions.

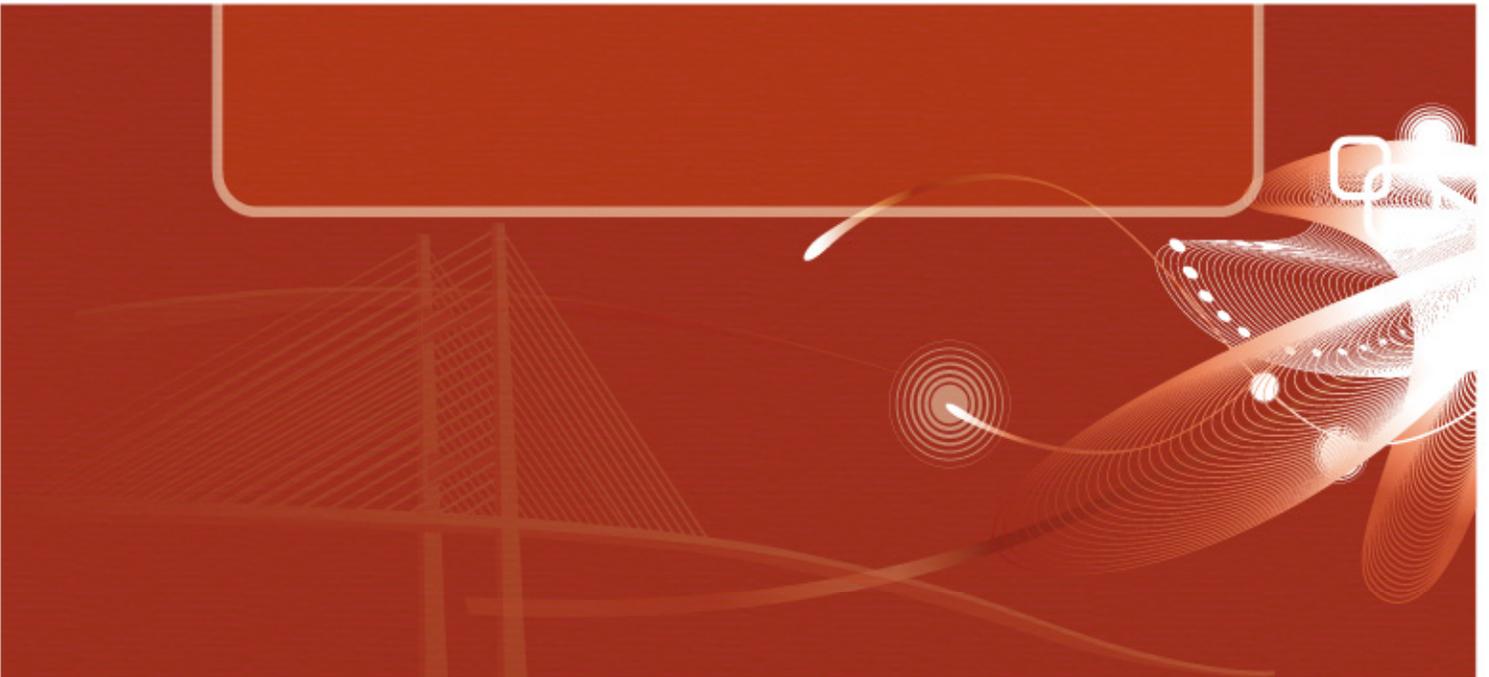
Accesos al documento:
HM BM-POL.RES-DT 7146 [2014]
Documento Electrónico

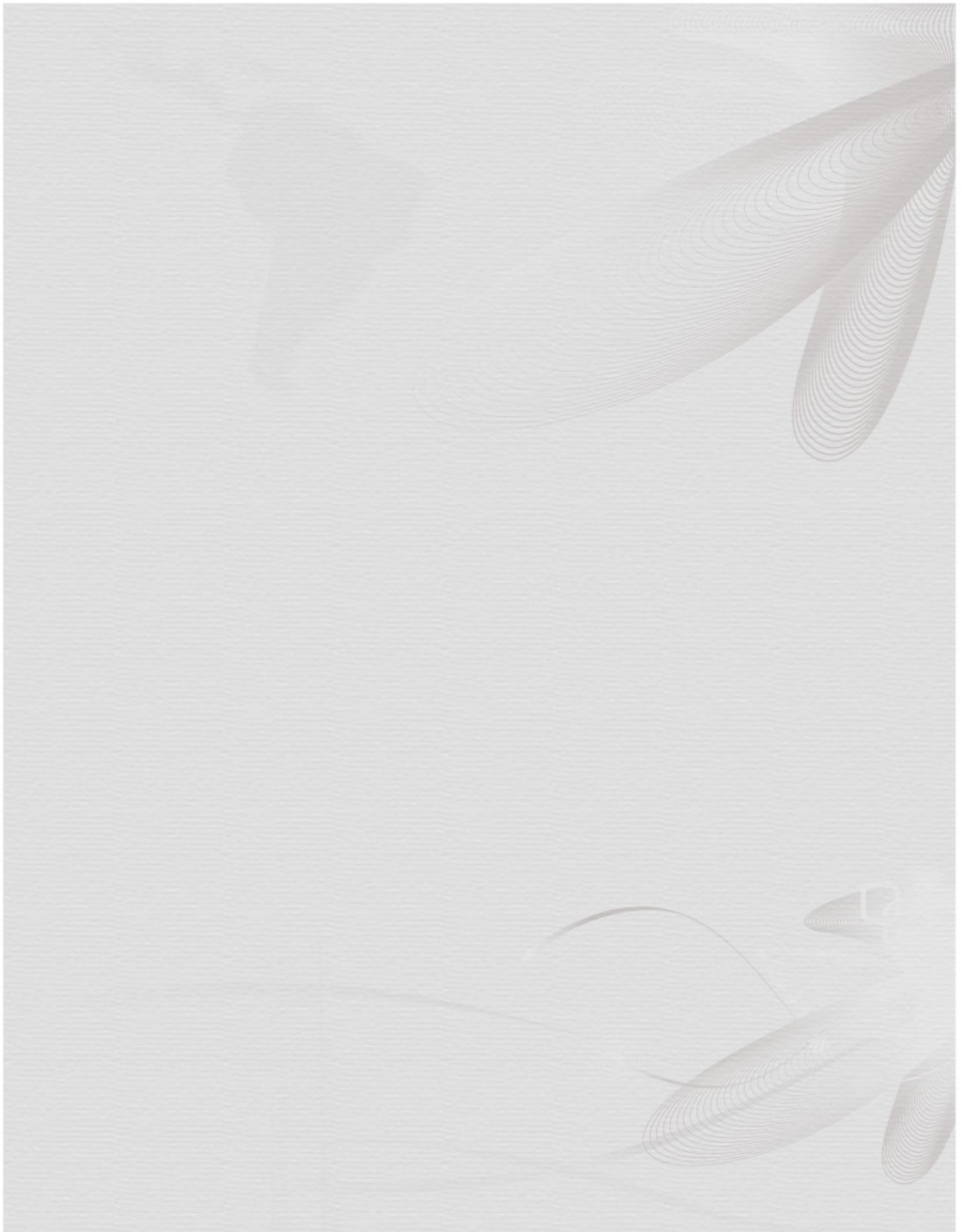
[texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)





Redação





Redação

Esta Carta Mensal é publicada no formato pdf para ser consultada de maneira gratuita na página do BID-INTAL na internet.

Conselho Diretor:

Antoni Estevadeordal

Gustavo Beliz

Coordenação:

Alejandro Ramos Martínez

Assessoria técnica:

Rosario Campos (UNASUL, Avaliação de Impacto, Resenhas Bibliográficas)

Romina Gayá (MERCOSUL, Panorama Regional e Global)

Gala Gómez Minujín (Comunidade Andina)

Kathia Michalczewsky (América Central, Panorama Regional e Global)

Alejandra Radl (UNASUL)

Assistência compilação material:

Andrea Benítez

Eugenia Piasentini

Edição:

Julieta Tarquini

Edição Web:

Federico Mazzella

Gastón Casella

R.P.I.: 5170740

ISSN: 1027-1899

Esta é uma publicação mensal propriedade do Instituto para Integração da América Latina e do Caribe, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID-INTAL). Todos os direitos reservados.

Fontes de informação: Comunicados para a Imprensa e Boletins de: AEC; ALADI; BID; CARICOM; Comunidade Andina; Euro-Lat; Grupo do Rio; MERCOSUL; PARLATINO; SELA; SG-SICA; SIECA. Organismos oficiais e internacionais. Arquivos de Imprensa do INTAL.

Copyright © [1996] Banco Interamericano de Desenvolvimento. Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons IGO 3.0 Atribuição-NãoComercialSemDerivações (CC BY-NC-ND 3.0 IGO) licença (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/igo/legalcode>) e pode ser reproduzida com atribuição ao BID e para qualquer finalidade não comercial. Nenhum trabalho derivado é permitido.

Qualquer controvérsia relativa à utilização de obras do BID que não possa ser resolvida amigavelmente será submetida à arbitragem em conformidade com as regras da UNCITRAL. O uso do nome do BID para qualquer outra finalidade que não a atribuição, bem como a utilização do logotipo do BID serão objetos de um contrato por escrito de licença separado entre o BID e o usuário e não está autorizado como parte desta licença CC-IGO.

Note-se que o link fornecido acima inclui termos e condições adicionais da licença.

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de seu Conselho de Administração, ou dos países que eles representam.

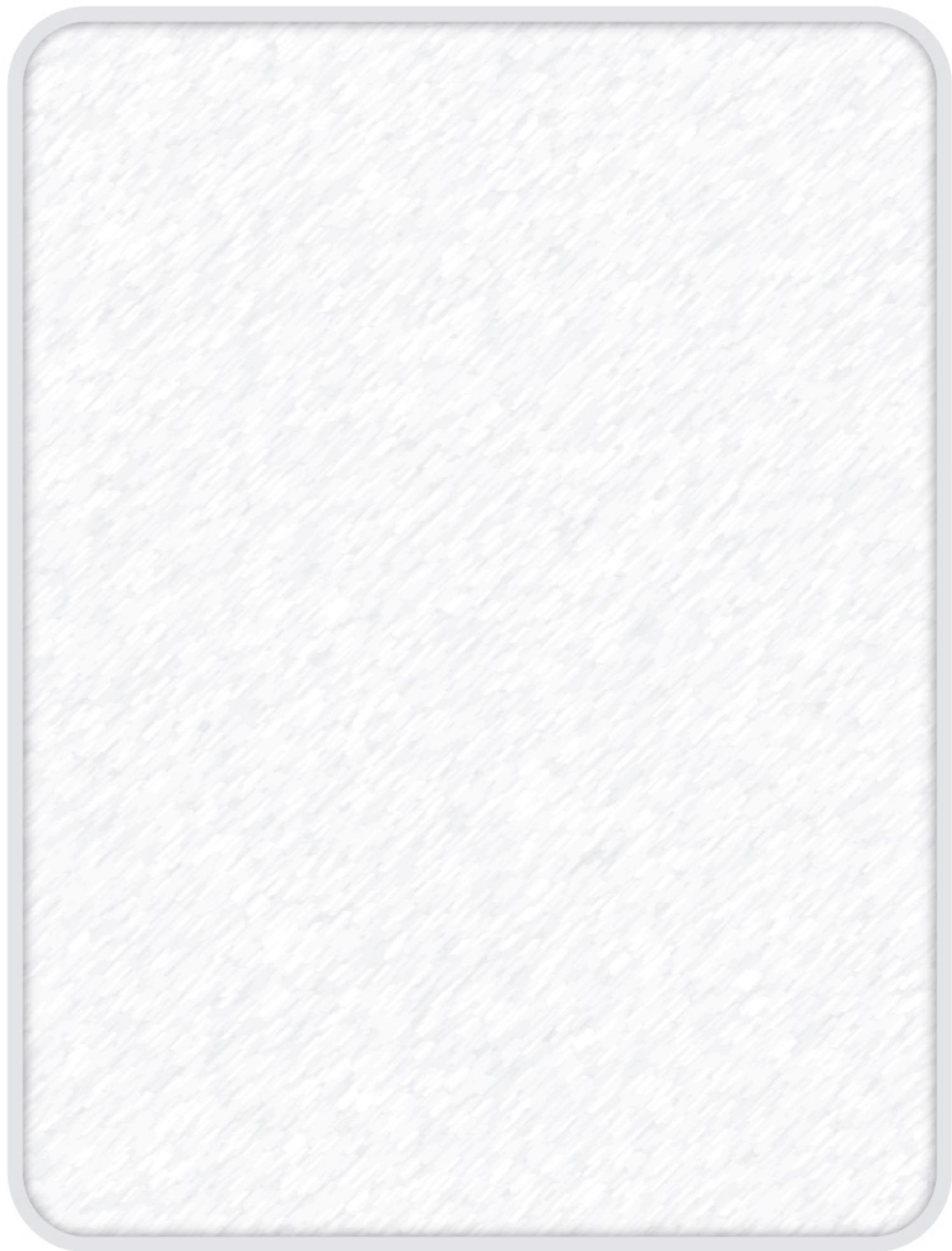


BID-INTAL | Esmeralda 130, andáres 11 e 16 | (C1035ABD) Buenos Aires, Argentina

Links a fontes originais de informação utilizadas neste número:

- Argentina : Measures affecting the importation of goods. (2014). Geneva, WTO. [Link](#).
- Boneu, F.; Giuliadori, D.; Maffioli, A.; Rodríguez, A. y Stucchi, R. (2014). The spillover effects of the ICT cluster support in Córdoba. Munich: Munich University. [Link](#).
- Comunicado : Suscripción de protocolo EBILEÑAS. (2015). [s.l.]: Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile. [Link](#).
- Constataciones y conclusiones correspondientes al Informe del Órgano de Apelación en la Diferencias DS438, DS444 y DS445. (2014). Ginebra: OMC. [Link](#).
- Figal Garone, L.; Maffioli, A.; Negri, J.; Rodríguez, C. y Vázquez-Baré, G. (2014). Cluster development policy, SME's performance, and spillovers: Evidence from Brazil. New York: Springer.
- Sistema de la Integración Centroamericana, SICA. Política regional de salud del SICA : 2015-2022. (2014). La Libertad: SICA. [Link](#).
- Suscripción de Protocolos Complementarios al Tratado de Maipú. (2014). [s.l.]: Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile. [Link](#).
- World Economic Situation and Prospects 2015. (2015). Nueva York: ONU. [Link](#).





INTAL

Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe



BID

Banco Interamericano de Desenvolvimento